

Judiciário em Revista

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / 2ª EDIÇÃO / DEZEMBRO DE 2015



SOMOS SELO DIAMANTE!

Presidente do TJCE, a desembargadora Iracema Vale comenta a certificação do CNJ dada ao TJCE como Corte com nível de excelência na gestão de informações. Ela faz um balanço de 2015 e projeções para 2016

PÁGINAS 9 A 13



TODOS JUNTOS PARA BAIXAR O ESTOQUE

O Judiciário está mobilizado para diminuir os processos em tramitação na Justiça Estadual. Um programa foi criado no intuito de resolver o congestionamento dessas demandas

PÁGINAS 22 A 25

ELES NÃO PERDEM OS TRIBUNAIS DO JÚRI

As histórias de Miguel, Hévila, Marília, Agliberto, Rafael, Bianca e Naiara. Eles adoram assistir a julgamentos populares. Aprendem e traçam sonhos

PÁGINAS 32 A 35



Adoção é um gesto de amor

Adoções internacionais:

- Comissão Estadual
Judiciária de Adoção
Internacional (Cejai)
(85) 3207.7084

Adoções nacionais:

- 3ª Vara da Infância e
da Juventude
(Fortaleza)
(85) 3278.3339



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITORIAL

FALE COM O JUDICIÁRIO!

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ
ENDEREÇO: AVENIDA GENERAL AFONSO
ALBUQUERQUE LIMA, S/N, CAMBEBA,
FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3207.7000

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
ENDEREÇO: AVENIDA GENERAL AFONSO
ALBUQUERQUE LIMA, S/N, CAMBEBA,
FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3207.7156

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO
DO CEARÁ (ESMEC)
ENDEREÇO: RUA RAMIRES MARANHÃO DO VALE,
Nº 70, ÁGUA FRIA, FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3492.9100 OU 3492.9134
E-MAIL: ESMEC@TJCE.JUS.BR

OUVIDORIA GERAL DO JUDICIÁRIO
ENDEREÇO: AVENIDA GENERAL AFONSO
ALBUQUERQUE LIMA, S/N, CAMBEBA,
FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3207.7428

FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR FLORIANO
BENEVIDES, Nº 220, EDSON QUEIROZ,
FORTALEZA/CEARÁ
TELEFONE: (85) 3216.6000

TELEJUSTIÇA*
TELEFONE: (85) 3216.6000

* PARA LOCALIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E PROMOTORES,
E INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
PARA ENTRAR COM AÇÃO, ANDAMENTO DE PROCESSOS,
CÁLCULO DE CUSTAS, ENDEREÇOS E HORÁRIOS DE
FUNCIONAMENTO, PLANTÕES FORENSES, MATÉRIAS
ADMINISTRATIVAS DE INTERESSE DOS SERVIDORES,
RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES OU DENÚNCIAS.

Esqueça a imagem de um Judiciário frio e distante de você. Ela ficou obsoleta. E vamos mostrar o porquê. Tudo começa com um “bom dia”. Sim, a Justiça é lugar de atos de gentileza tão simples quanto importantes para tornar a rotina de trabalho mais leve. É também onde mães e filhos dão um passo largo rumo à cidadania com a emissão de registro civil. Onde profissionais do Ceará inteiro estão empenhados em baixar o estoque de ações judiciais no Estado e, assim, dar mais celeridade à tramitação de processos. Onde desembargadores movimentam-se para as metas do CNJ serem alcançadas o quanto antes.

O TJCE é ainda espaço de mutirões para resolver com rapidez causas que se arrastariam por anos. É a única Corte Estadual de Justiça com um Selo Diamante recebido pela excelência na gestão de informações. Quem explica o que isso significa é a presidente Iracema Vale. Porque ela chefia um tribunal que avança nas discussões em torno do novo CPC.

Por falar em mudanças, o site do Judiciário cearense é exemplo claro de que estamos cada vez mais próximo de você. Ficou tudo mais prático e funcional. O TJCE tem estreitado os laços com a população, a ponto de identificarmos personagens muito presentes em julgamentos populares. Muitos estudantes aproveitam essas sessões para aprender mais sobre Direito. Sete deles você conhece aqui. Outros são vistos juntamente com servidores na Biblioteca do Palácio da Justiça, lugar de calma para quem precisa estudar.

É também no Judiciário onde pais encontram um jeito menos traumático de lidar com o divórcio em meio ao desenvolvimento dos filhos. Eles aprendem a ouvir e a recomeçar. Também aprendemos sobre meio ambiente com as ações de uma comissão criada para deixar um legado socioambiental para as gerações futuras. Há outro grupo, dessa vez no campo criminal, focado nas audiências de custódia. Esse é um programa necessário para assegurar o respeito aos direitos humanos fundamentais.

Isso tudo se junta aos trabalhos para propiciar novas formas de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade serem adotadas; à ampliação da atuação da Esmec e a um “SIM” coletivo dado numa certa sexta-feira, 13. Tem muita coisa boa para ser lida nessa segunda edição do Judiciário em Revista. Não fique de fora!

SILVIA GOES

ASSESSORA DE
COMUNICAÇÃO DO TJCE

Telejustiça

3216 6000



De segunda a sexta: 9h às 16h

Informações sobre o Judiciário cearense
de forma prática e eficiente.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXPEDIENTE

GESTÃO DO JUDICIÁRIO

PRESIDENTE: DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE
VICE-PRESIDENTE: DESEMBARGADOR FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES
CORREGEDOR: DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA
DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA: JUIZ JOSÉ MARIA SALES
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA: DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE

JUDICIÁRIO EM REVISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/ EDITORA-GERAL: SILVIA GOES.
SUBEDITOR: BRUNO DE CASTRO.
REDAÇÃO: ANA CAROLINA PALHANO, BRUNO DE CASTRO, CAMILLA CARNEIRO, EMANUELLY NERI, KARINE WANESSA, MARIANA GALVÃO, REBECA NOLÊTO, PAMELA LEMOS, PRISCILA TEIXEIRA, RODRIGO BARROS, RODRIGO FRANÇA, THYLIANA COSTA E ULYSSES SOUSA.
COLUNISTAS: CAMILLA CARNEIRO, KARINE WANESSA E PRISCILA TEIXEIRA.
PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E TRATAMENTO DE IMAGENS: NADSON FERNANDES E CALVIN PENNA.
FOTOGRAFIA: CALVIN PENNA, NADSON FERNANDES E RODRIGO FRANÇA (PÁGS. 32 A 35)
BANCO DE IMAGENS: FREEIMAGES E PIXABAY.
IMPRESSÃO: PARQUE GRÁFICO DO PODER JUDICIÁRIO DO CEARÁ.
TIRAGEM: 2.000 EXEMPLARES



WWW.TJCE.JUS.BR



IMPrensa@TJCE.JUS.BR



WWW.FACEBOOK.COM/TJCEOFICIAL

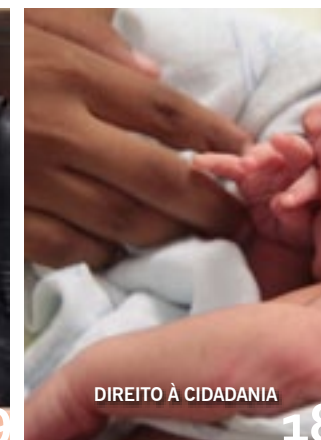


@TJcenoticias

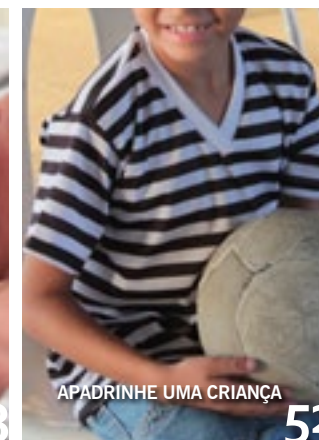
ÍNDICE



ENTREVISTA COM A PRESIDENTE



DIREITO À CIDADANIA



APADRINHE UMA CRIANÇA



SENHORES DAS METAS



FOTORREPORTAGEM

- 6 UMA ROTINA DE GENTILEZAS
- 14 TJCE SE ORGANIZA PARA NOVO CPC
- 21 JURISDICIONÁRIO
- 22 PARA BAIXAR O ESTOQUE
- 26 EM BUSCA DE ACORDOS
- 29 JUDICIÁRIO GANHA NOVO PORTAL NA INTERNET
- 32 OS UNIVERSITÁRIOS E O FASCÍNIO POR TRIBUNAIS DO JÚRI
- 39 VOCÊ SABIA?
- 40 O REFÚGIO DOS CONCURSEIROS
- 41 PAIS EM CONFLITO REAPRENDEM O RESPEITO
- 44 SIM, A JUSTIÇA TEM TUDO A VER COM PRESERVAÇÃO DA NATUREZA
- 48 UM JEITO DE DESAFOGAR AS PRISÕES
- 55 ESMEC AMPLIA ATUAÇÃO
- 56 UM CASARÃO CHEIO DE HISTÓRIA NO CENTRO DE FORTALEZA
- 59 DICAS DE CULTURA
- 62 UM EXÍMIO JULGADOR SE DESPEDE

MAIS AMOR E GENTILEZA, POR FAVOR!

Um simples 'bom dia' acompanhado de um afeto pode mudar tudo. Pra melhor! E tem muita gente do Judiciário, dentro e fora do Palácio da Justiça, colocando isso em prática. Vamos seguir o exemplo da Ana, da Simony e do jovem auxiliar de soldador? A vida, afinal, não precisa ser chata. Sorria!



Pamela Lemos
pamela.lemos@tjce.jus.br



Ana Cláudia e a defesa do "não ficar de cara feia"

É com um 'bom dia' pra lá de animado e um sorriso no rosto que Ana Cláudia Cunha Cordeiro inicia a rotina de trabalho. Tem sido assim desde 1996, quando ingressou no Judiciário cearense.

À época, ela trabalhava na 3ª Vara de Caucaia, comarca da Região Metropolitana de Fortaleza. Agora é chefe do Serviço de Certidões do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). E continua fazendo questão de deixar de lado todos os problemas para manter uma boa relação com os colegas e atender melhor a quem procura o setor. "A gente passa o dia inteiro aqui. Não dá para ficar de cara feia, né?", ensina.

Ana Cláudia não é a única a disseminar alegria nos corredores do Palácio da Justiça, no Cambé. Nos elevadores, na copa onde é servido o cafezinho ou nos gabinetes dos desembargadores é fácil encontrar funcionários que se destacam pelo bom humor e amabilidade com os colegas e visitantes.

Um nome sempre lembrado é o da servidora Adriana do Vale Farias Saldanha, no Judiciário cearense desde 1998. Ela trabalhou por mais de uma década na Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai) e, em junho deste ano, passou a atuar no Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania, o Nupemec.

Adriana conta que sempre foi muito tímida, mas que tratar as pessoas com cortesia é fundamental para uma rotina prazerosa. "É uma premissa minha. Acho que a gentileza é uma semente do bem. Quando fazemos isso, tornamos as relações mais profícuas e humanizadas", acredita ela.

Para a psicóloga Fernanda Gouveia, especialista em Gestão do Desenvolvimento Humano, o respeito, o trabalho em equipe e a gentileza são fatores que contribuem para a



Adriana acha que a gentileza é uma semente do bem

preservação de um favorável clima organizacional. "Na pressão do cumprimento de prazos, de produção e de metas, manter um bom clima organizacional é imprescindível", considera.

Ela ressalta que o trabalho em si, por mais prazeroso que seja, gera cansaço e desgaste físico e/ou mental. "Se o ambiente for contaminado por profissionais que gerem maus tratos, a probabilidade de baixa produtividade e o impacto na qualidade dos serviços são evidentes. O clima organizacional precisa

amenizar esses desgastes e não influenciar negativamente", destaca.

A psicóloga também acredita que a cordialidade deve fazer parte não só da rotina de trabalho. "Educação, bons hábitos e gentilezas são atitudes que devem ser exercitadas independente do ambiente que você se encontre. Não posso ser uma pessoa grosseira com minha família e tratar bem as pessoas no trabalho. Em algum momento as máscaras caem". E finaliza: "[A gentileza] é um exercício diário, uma escolha de vida".



O PROFETA GENTILEZA

Poucas pessoas conhecem José Datrino pelo nome, mas muitas já ouviram a mais famosa frase a ele atribuída: "Gentileza gera gentileza". Conhecido como Profeta Gentileza, Datrino nasceu no interior de São Paulo, em 1917.

Em 1961, depois de 500 pessoas morrerem no incêndio do Grand Circus Norte-Americano de Niterói, no Rio de Janeiro, Datrino decidiu morar no terreno para plantar um jardim sobre as cinzas. Lá passou quatro anos confortando as famílias das vítimas com palavras de bondade. Foi quando ganhou o apelido de "Profeta Gentileza".

Na década seguinte, ele passou a percorrer as ruas da capital fluminense levando palavras de amor e respeito ao próximo. Nos anos de 1980, ele preencheu muros com escritos sobre o mal-estar da civilização. As mensagens em azul, verde e amarelo foram cantadas por músicos como Gonzaguinha e Marisa Monte, citadas em filmes, novelas e trabalhos acadêmicos.

Nos anos de 1990, os dizeres foram cobertos com tinta cinza pela Prefeitura do Rio, que se desculpou. A recuperação só veio em 1999, três anos após a morte do Profeta Gentileza.

Superação da violência, maquiagem e delicadezas



Simony começa o dia com maquiagem e sorrisos

Aos 32 anos, Simony Alves de Lima não esconde a vaidade. A maquiagem é indispensável para começar bem o dia de trabalho. Mas nem sempre foi assim. Se arrumar causava ciúmes ao companheiro. Terminava em agressões.

Primeiro foram as palavras carregadas de grosserias. Depois vieram os ataques físicos, mais frequentes após a ingestão de álcool. Ela conta que chegou a perder um emprego por causa dele.

Após oito anos de casamento, decidiu se separar. Mesmo assim, continuou sendo perseguida. Recorreu à Justiça para tentar conter o ex-marido. Mais do que nunca, era necessário trabalhar para sustentar os três filhos.

A oportunidade veio com o Projeto "Um Novo Caminhar",

criado pelo Judiciário cearense para incluir no mercado de trabalho mulheres vítimas de violência doméstica que possuem baixa escolaridade.

Simony é uma das seis beneficiadas. Ela foi contratada por uma empresa terceirizada para atuar como auxiliar de serviços gerais na sede do Tribunal, no Cambé, em Fortaleza, e também se destaca pela gentileza. "É recíproco o tratamento. Como sou sempre prestativa, as pessoas me tratam bem", afirma.

No trabalho, os colegas também passaram a incentivá-la a retomar os estudos para concluir o Ensino Médio. Determinada, ela seguiu o conselho e sonha com muito mais. "Ainda quero fazer faculdade e dar um futuro melhor para os meus filhos. Tenho que servir de exemplo", finaliza.

Reconstruir a vida e se dar bem com todos

O envolvimento com as drogas e o tráfico fazem parte do passado do auxiliar de soldador, hoje com 32 anos. Ele ainda cumpre pena no regime semiaberto, mas tem a carteira de trabalho assinada por uma empresa de construção civil desde março de 2015. É o presente é preenchido por dias de bom relacionamento.

O emprego foi conquistado por meio do projeto "Reconstruir",

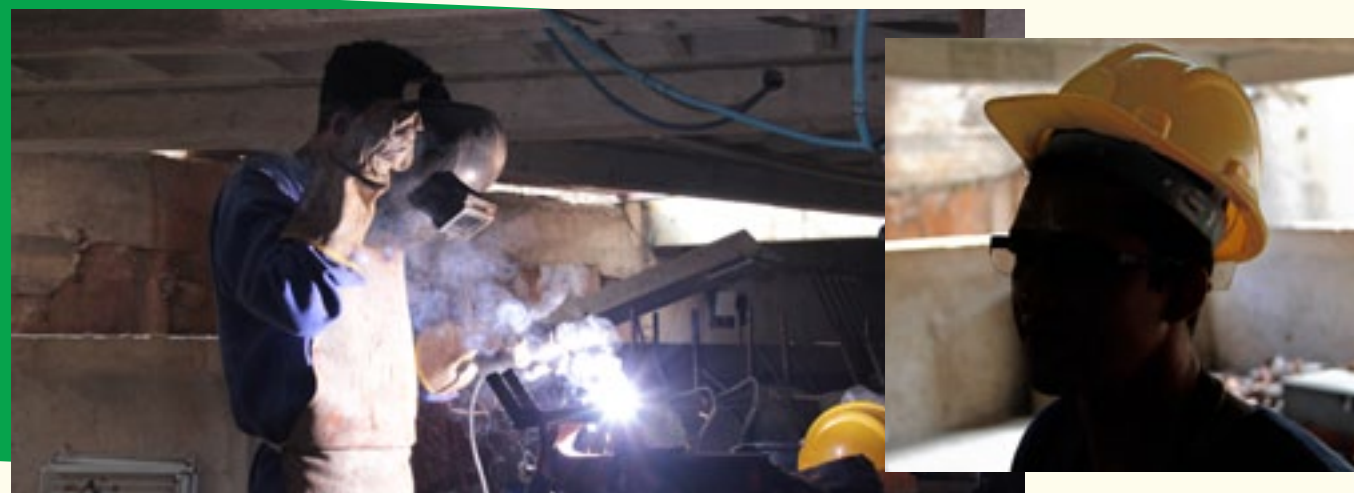
iniciativa do TJCE em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon-CE) que já beneficiou 78 apenados e egressos do sistema prisional desde julho de 2014.

Depois de inserido no mercado profissional, ele fez curso de eletricitista predial e artesanato. Também frequenta a igreja e agora só pensa em estar perto da esposa e dos quatro filhos.

Na obra onde trabalha,

a rotina com os colegas é a melhor possível. "Apesar de tímido, sempre me dei bem com as pessoas. Agora me relaciono ainda melhor porque estou confiante", enfatiza.

O apoio dos colegas tem sido importante. Mas ele não esquece que tudo começou com o projeto. "Achava que ninguém me daria a mão e encontrei essa mão na Justiça. É uma iniciativa essencial para a vida do egresso."



O soldador deixou pra trás uma vida de drogas e hoje tem dias de boa convivência

O PODER DA ARTICULAÇÃO E O SELO DIAMANTE

Não à toa o TJCE foi a única corte estadual a ser reconhecida pelo CNJ como excelente prestadora de serviço no tocante à gestão da informação. Servidores e magistrados empenharam-se para a transparência ser prioridade na gestão do Judiciário



Ao fim de um ano tão desafiador como 2015, um prêmio. O reconhecimento de que muito do realizado até agora está no rumo certo. É essa a simbologia do "Selo Justiça em Números" recebido pela presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargadora Iracema Vale, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Das oito cortes agraciadas com o Selo Diamante, apenas o TJCE representa a Justiça estadual. Só receberam a comenda entidades que atingiram níveis de excelência na gestão da informação. Isso significa que os tribunais foram capazes de extrair dados analíticos de todas as unidades judiciárias em sistemas padronizados.

Pela primeira vez, a premiação também considerou o nível de implantação dos processos eletrônicos nos tribunais. "Dois mil e quinze foi um ano desafiador para o serviço público brasileiro.

Exigiu de nós, gestores, muita prudência porque a situação financeira do País é delicada. Por isso, o apoio de cada servidor e magistrado é fundamental. Alcançar a excelência num ano de crise nacional é reconhecer um planejamento coerente. Um planejamento que tem permitido o enfrentamento de dificuldades com medidas que resultam em uma Justiça mais célere e eficiente", resume Iracema Vale. Planejamento esse que envolve articulação com os outros dois poderes constituídos. Uma boa relação institucional do Judiciário cearense com o Executivo e o Legislativo estaduais foi essencial para diversas medidas entrarem em vigor no TJCE. Assim como o bom trânsito de representantes do Tribunal entre deputados federais e senadores da República, em Brasília.

Além disso, também está garantida a posse dos 79 juízes aprovados em concurso para atuarem em cidades de pequeno

porte (a chamada Entrância Inicial). Todos serão convocados de uma só vez no começo do primeiro semestre de 2016.

Nas páginas seguintes, você acompanha uma entrevista com Iracema Vale na qual ela comenta as principais ações do Judiciário em 2015 e o que a população pode esperar da Justiça estadual em 2016.

QUEM RECEBEU O SELO DIAMANTE

Superior Tribunal de Justiça
Tribunal Superior do Trabalho
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE)
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES)
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT)

JUDICIÁRIO EM REVISTA I

O que a senhora destaca de mais relevante no seu primeiro ano de mandato como presidente do Tribunal de Justiça do Ceará?

IRACEMA VALE I Diversas medidas e projetos foram implementados nesse nosso primeiro ano de gestão. Por relevância, eu destacaria a racionalização das despesas. E faço isso por ter sido uma das primeiras medidas que tomamos, ante a difícil situação econômica e financeira do País. A delicadeza do momento determina a nós, gestores públicos, um melhor controle de gastos. Nós precisamos ser prudentes na contenção de despesas. Devemos gastar somente com o essencial.

O que foi feito?

Nós vedamos a concessão de novas Gratificações pela Elaboração ou Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico entre maio e dezembro, por exemplo. Também restringimos passagens aéreas e diárias para participação em eventos fora do Estado; regulamentamos o uso do serviço de telefonia fixa no âmbito do TJ e do Fórum Clóvis Beviláqua, reduzindo a quantidade de telefones funcionais; e estabelecemos critérios de utilização e guarda dos cartões magnéticos do sistema de abastecimento dos veículos do Tribunal. Foi fixado um limite de gastos mensais com combustíveis para os magistrados e realizamos uma nova licitação para a locação dos veículos em valor inferior à anterior. Isso fez as despesas com locomoção caírem quase 50%. Foi algo inédito nos 140 anos de história da Justiça estadual do Ceará.

A implementação dos comitês orçamentários entra na sua lista de feitos de destaque em 2015?

Com toda a certeza! Nós criamos o Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau e o Comitê Orçamentário do Segundo Grau em atendimento a duas resoluções do Conselho Nacional de Justiça. Elas tratam da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e da distribuição de orçamento nos órgãos do Judiciário. Esses dois comitês contribuem significativamente para a melhoria da gestão dos nossos recursos financeiros e humanos.

Qual importância tem o Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade pra esse seu primeiro ano de gestão, presidente?

Essa é uma iniciativa de relevância enorme. E eu lhe explico o porquê. A taxa de congestionamento é um importante indicador de como prestamos um serviço

eficiente e eficaz a quem precisa da Justiça, mesmo que para uma causa pequena. Antes da implementação do programa, essa referência era medida num contexto global. Era uma coisa muito ampla. Agora, cada juiz ou servidor poderá avaliar o desempenho de sua própria unidade. Pode parecer algo simples, mas isso permitirá uma gestão individualizada das coisas. A implementação dessa nova metodologia favorecerá o alcance de metas. Vai contribuir de forma decisiva para a melhoria da prestação de serviços.

Outro destaque de 2015 seria o programa Integra?

Nós estamos avançando com Integra. É bem verdade que ele teve início a partir de um convênio firmado entre o Governo do Estado e o Judiciário em novembro de 2011. O destaque dele em 2015 foi pelo fato de ter sido cadastrado no Plano Plurianual 2016-2019 do Governo, no eixo do "Pacto pelo Ceará Pacífico". Dentre outros objetivos, o programa busca a melhoria da qualidade dos dados de identificação e histórico criminal, estruturação e qualificação da sistemática de envio dos procedimentos policiais e documentos administrativos prisionais ao Judiciário, a expansão dos serviços de apoio à área criminal e a melhoria da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.

Presidente, o que tem sido feito para redesenhar e normatizar os principais processos de trabalho do Tribunal?

Para fazer com que isso aconteça, nós temos enviado todos os esforços possíveis de servidores de diversos setores do TJ e criamos vários dispositivos

internos. Vou listar alguns. Para os processos que tramitam em meio digital no Portal e-SAJ, por exemplo, o peticionamento eletrônico já é obrigatório. A Secretaria Judiciária do Tribunal, a Sejud, conta com o Manual do Processo de Cálculos Judiciais. A Assessoria de Precatórios também tem um manual, esse exclusivo para tratar das atribuições do setor. Na Divisão de Distribuição da Sejud, a manualização de processos já iniciou. Além disso, nós solicitamos às unidades judiciárias a seleção e priorização dos processos de trabalho com necessidade de melhoria com base nos critérios de determinação legal ou do CNJ, redução de custo, redução de tempo e impacto positivo para a sociedade. E ainda formamos uma rede de analistas de processos que promove treinamento em metodologia de gerenciamento por processo para 30 servidores das diversas unidades e dois colaboradores do Governo do Estado. Isso possibilitou a multiplicação dos trabalhos de redesenho de processos.

O segundo semestre também foi marcado por um mutirão de execuções fiscais inédito e de proporções enormes. Como a senhora avalia essa iniciativa?

O I Mutirão de Execuções Fiscais teve o objetivo tanto de estimular a solução consensual de conflitos que envolvam a administração pública como de reduzir o número de processos que tramitavam nas seis Varas de Execuções Fiscais de Fortaleza. Nos sete dias de mobilização, os devedores do Estado e do município de Fortaleza puderam recuperar créditos e regularizar dívidas de IPTU, ISS, IPVA, ICMS e ITBI. O mutirão arrecadou cerca de R\$ 29 milhões em impostos atrasados. Não temos outra coisa a dizer senão que foi um trabalho excelente. Esse resultado nos mostra o quão importante é a união entre os diversos poderes. Juntos, todos podemos muito mais em prol da população do que se agirmos isoladamente, em especial quando a situação econômica do Brasil requer tanta atenção como agora.

“

A delicadeza do momento determina aos gestores públicos um melhor controle de gastos. Precisamos ser prudentes e gastar somente com o essencial.

Houve também a reestruturação das Turmas Recursais...

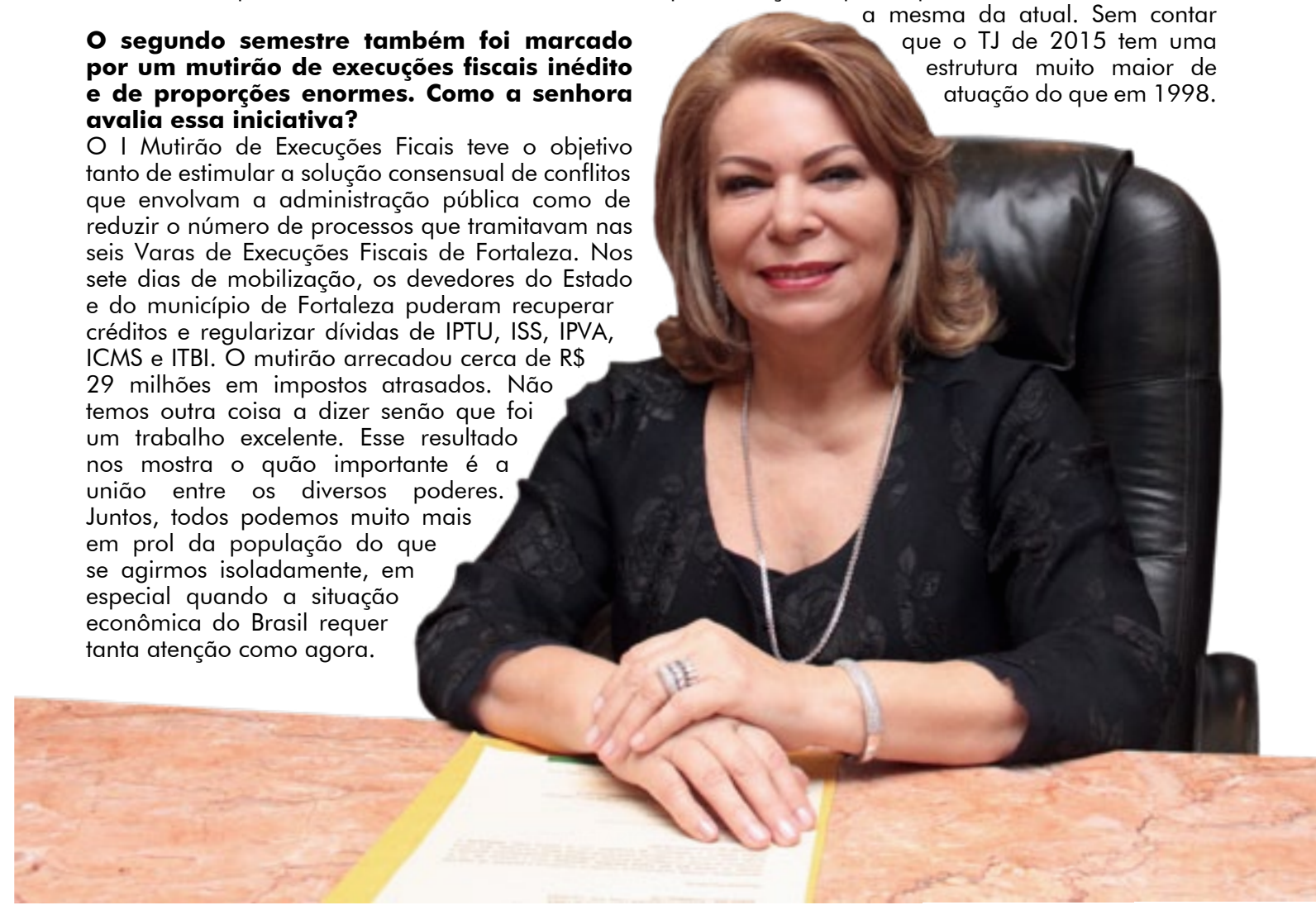
Exatamente. Logo no início da gestão, constatamos a necessidade de reestruturar as Turmas Recursais. Fizemos isso por meio de resolução, alterando a composição das turmas dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da turma Fazendária. Outra medida que consideramos importante foi a criação do programa de Mutirão de Julgamentos nas Turmas Recursais Cíveis e Criminais.

Em julho, o Tribunal anunciou alterações nos valores das custas judiciais. Por quê?

Isso foi feito para potencializar as receitas do Tribunal. Nós enviamos mensagem à Assembleia Legislativa e conseguimos revisar valores defasados há 17 anos. Isso significa dizer que há quase duas décadas o Judiciário tinha a mesma tabela de valores para manter processos em tramitação. Era algo inimaginável, dado que a população de 20 anos atrás não é a mesma de hoje e que a demanda pela Justiça daquela época definitivamente não é a mesma da atual. Sem contar que o TJ de 2015 tem uma estrutura muito maior de atuação do que em 1998.

“

Juntos, todos podemos muito mais em prol da população do que se agirmos isoladamente



Alterar esses valores era nos adequarmos à realidade.

É visível a realização de vários eventos onde o Judiciário estimula a solução de processos através do acordo entre as partes. Por qual motivo isso tem acontecido?

Nós temos buscado incentivar mecanismos legítimos de solução consensual de conflitos, sim. Primeiro porque acreditamos, como ideologia, que o bom diálogo pode resolver muitos problemas. Segundo porque a mediação e a conciliação são premissas do novo Código de Processo Civil brasileiro. Nós já firmamos convênio com universidades e realizamos diversos mutirões de conciliação envolvendo ações do DPVAT, INSS, empresas de telefonia, planos de saúde, processos das varas de família... E vamos continuar fazendo isso. Com as conciliações, todo mundo sai ganhando. Os conflitos são solucionados de forma adequada e consensual e o Judiciário tem cada vez menos processos em tramitação.

O Tribunal participa ativamente do “Pacto pelo Ceará Pacífico”. Nesse bojo, quais ações a senhora destaca?

O “Pacto pelo Ceará Pacífico” tem a finalidade de unir Judiciário, Executivo e Legislativo, além da sociedade civil e empresas particulares, na prevenção e redução da criminalidade. Ele

“

Acreditamos, como ideologia, que o bom diálogo pode resolver muitos problemas. Com as conciliações, todo mundo sai ganhando.

fomenta a construção da cultura de paz. Nesse sentido, o Judiciário vem desenvolvendo ações que buscam contribuir com a redução dos índices de criminalidade. A implementação do projeto Audiência de Custódia é um exemplo claro. Mas nós não nos restringimos a isso. Implementamos também os programas “Ronda Maria da Penha” e “Um Novo Caminhar”, no âmbito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza, e os programas “Aprendizes da Liberdade” e “Reconstruir”, ambos voltados à ressocialização de apenados e desenvolvidos pelas Varas de Execução Penal da Capital.

O ano foi marcado por mutirões em várias áreas. Essa é mesmo a maneira

mais eficiente de agilizar os processos judiciais?

Nós temos empreendido esforços para promover celeridade, produtividade e efetividade no atendimento a quem precisa da Justiça. Pra isso acontecer, o TJ vem implementando diversas medidas. Os mutirões em Fortaleza e no Interior são uma delas. Mas o Tribunal não se limita a isso, já que vem instituindo grupos de descongestionamento e núcleos de conciliação em todo o Estado, além de ter implantado o Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento. Ele permite aos grupos de descongestionamento priorizarem onde deverão atuar com ações de mutirões, bem como gerir seus recursos de maneira individualizada. Outro projeto de fundamental importância para melhoria na celeridade e qualidade do nosso serviço é o avanço da implementação do processo digital.

Nós tivemos três edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa só em 2015. Qual a importância de ações desta natureza para a sociedade?

É fundamental a união de instituições na elaboração de políticas públicas em favor das mulheres. Nesse sentido, a campanha foi pensada para fazer a aplicação da lei pela busca da paz em casa e garantir a conscientização das mulheres sobre os direitos previstos na Lei Maria da Penha.

Nossa Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar promoveu essas três edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa e movimentou milhares de processos, realizou milhares de audiências, proferiu centenas de despachos e deu outras centenas de sentenças. Isso revela a união e o esforço de magistrados, servidores, representantes do Ministério Público e Defensoria Pública, no combate à criminalidade contra a mulher.

O Tribunal implantou com sucesso a Audiência de Custódia. O que a sociedade pode esperar desse projeto?

Nós encampamos o projeto com a instalação da Vara Única de Audiências de Custódia de Fortaleza, no Fórum Clóvis Beviláqua. A partir dela, os presos em flagrante serão apresentados a um juiz no menor tempo possível. Isso vai representar uma melhoria substancial para a atuação do Judiciário nessa seara. E vai impactar além. Em pouco tempo, já no primeiro semestre de 2016, talvez, o Governo consiga gerenciar melhor o sistema penitenciário graças a isso. As delegacias e os presídios vão deixar de ser superlotados com pessoas que não deveriam estar ali e o Estado poderá trabalhar melhor a ressocialização de quem de fato precisa ficar detido. No âmbito do TJ, a implementação das audiências

de custódia supre uma omissão em cumprir a previsão em pactos e tratados internacionais assinados pelo Brasil, como o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San Jose.

A senhora já destacou ações para descongestionamento de processos. Como o Ceará se posiciona em relação ao Brasil no tocante a esse tipo de medida?

O Judiciário cearense ficou no terceiro lugar em produtividade e eficiência entre os tribunais estaduais de médio porte do Brasil! E isso quem diz não

“

O mutirão arrecadou cerca de R\$ 29 milhões em impostos atrasados. Esse resultado mostra o quão importante é a união entre os poderes.

somos nós. É o relatório “Justiça em Números” do ano-base 2014, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça. Esse cenário representa uma significativa

melhora em relação aos dados referentes à publicação do ano-base 2013, quando ficamos em sexto lugar. Na época, o Tribunal obteve 70,9% no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), enquanto que em 2014 houve acréscimo para 83,4%.

Os últimos números do Conselho Nacional de Justiça em relação ao TJCE são muito positivos. A que a senhora atribui este fato?

Sem sombra de dúvidas, eu atribuo ao empenho e ao compromisso dos servidores, colaboradores e magistrados. Todos se empenharam para cumprir a missão de garantir direitos e realizar Justiça com celeridade e efetividade.

O que a população pode esperar do Judiciário em 2016?

Toda instituição pública tem como finalidade servir aos cidadãos. E a Justiça presta um serviço fundamental à sociedade. Por isso, temos cada vez mais a consciência de que devemos melhorar e aprimorar nossos serviços, apesar das inúmeras dificuldades e desafios que temos pela frente. Todos os anos, milhares de novas demandas chegam ao Judiciário em busca de solução. Temos que fomentar os mecanismos alternativos de solução de conflitos e, ao mesmo tempo, dar celeridade aos julgamentos sem perda de qualidade do serviço. Esse é o compromisso que temos com a população.

Para quando uma nova cultura nascer

Uma comissão especial foi criada para adaptar o TJCE às exigências do novo Código de Processo Civil brasileiro. Serão feitas mudanças para, por exemplo, estimular a conciliação entre as partes e desafogar a Justiça Estadual cearense, hoje com cerca de 1,2 milhão de processos em tramitação



Logo no primeiro semestre de 2016, o Judiciário brasileiro sofrerá mudanças profundas de atuação. Consequência do novo Código de Processo Civil (CPC), cuja premissa é o nascimento de um novo modo de enxergar, acionar e fazer Justiça. Por isso, todas as Cortes do país mobilizam-se para fazer as adaptações necessárias à vigência do documento, datada para a segunda quinzena de março.

No Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), a comissão instituída pela presidente Iracema Vale para avaliar os impactos do novo CPC fez quatro reuniões. O colegiado discutiu e votou medidas.

O grupo foi conduzido pelo vice-presidente do Judiciário cearense, desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, e pelo presidente da 1ª Câmara Cível do TJCE, desembargador Fernando Ximenes. “O impacto do novo CPC vai ser desafiador porque vai mexer na cultura das pessoas acionarem a Justiça. Nós vamos nos aproximar do sistema norte-americano. E a gente não está acostumado com isso. Então, todo mundo precisa estar muito bem afiado. Nós queremos fazer um trabalho de vanguarda”, resume Filgueira Mendes.

A vigência do novo CPC implicará em adaptações às rotinas de trabalho do

“

O impacto do novo CPC vai ser desafiador porque vai mexer na cultura das pessoas acionarem a Justiça.



Desembargador Filgueira Mendes

Poder Judiciário. Determinadas mudanças exigidas pelo Código terão, inclusive, repercussão financeira para o Judiciário. Esse valor será calculado somente ao fim dos trabalhos do grupo de estudo.

Dentre as principais mudanças, o novo CPC determina a criação de novos mecanismos para a conciliação entre as partes; a simplificação da defesa do réu; mudanças na contagem de prazos para as partes; redução do número de recursos e unificação de prazos recursais; alteração das regras dos honorários advocatícios e a descon sideração da personalidade jurídica de sociedades. (Ver quadro na página 17)

Um dos pontos considerados mais importantes pela Comissão é a criação do Centro de Gerenciamento de Demandas Repetitivas, o Ceger. Isso porque o novo Código tem como premissa a chamada “Teoria do Precedente”, cuja implementação dará celeridade a processos similares ao utilizar uma decisão antiga como base para um novo veredicto.

Para Fernando Ximenes, o TJCE também deve especializar as câmaras. Segundo o magistrado, isso já existe noutros tribunais brasileiros. “Se eu julgasse processos de um tema só, minha produtividade seria dez vezes maior do que é hoje, quando tenho que julgar causas



Comissão avalia os reflexos do novo CPC nas rotinas administrativas do Tribunal de Justiça do Ceará

de diversas naturezas”, frisa o ex-presidente do Tribunal.

Consultor jurídico da Presidência do TJCE, Nilsiton Aragão explica que o novo Código adota a promoção da solução consensual de conflitos como norma fundamental do processo. “Isso significa que a implantação dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos deve ser priorizada e a qualificação de mediadores e conciliadores deve ser ampliada.”

Além da criação do Ceger, a Comissão já discutiu e aprovou a promoção da instalação de centros de solução de conflitos em todo o Ceará; regulamentar o credenciamento e a forma de atuação das câmaras privadas de conciliação, e o cadastro estadual de mediadores, com registro de profissionais habilitados e indicação da área profissional; avaliar a viabilidade da criação de

quadro próprio de conciliadores e mediadores; e definir forma e valores para remuneração dos mesmos.

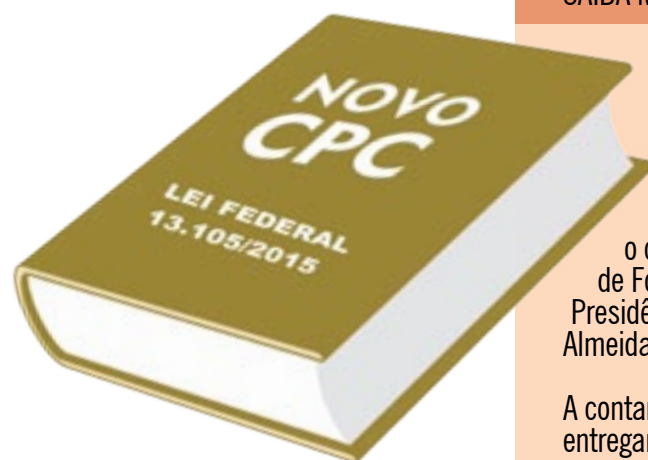
Os impactos do novo CPC nos sistemas processuais também foram debatidos. “No SAJ-PG e SAJ-SG [sistemas de primeiro e segundo grau], o contrato prevê que alterações sejam realizadas sem custos extras para o Tribunal”, explica o secretário da Tecnologia da Informação do TJCE, Luciano Comin.

SAIBA MAIS

A Comissão de Estudo de Impacto do Novo CPC do TJCE consta na Portaria nº 2.332/2015. Ela foi publicada no Diário da Justiça do dia 6 de outubro de 2015.

Além dos desembargadores Filgueira Mendes e Fernando Ximenes, o colegiado é formado pelo juiz da 15ª vara da Fazenda Pública de Fortaleza Emílio de Medeiros Viana, pelo consultor jurídico da Presidência, Nilsiton Aragão, pelo secretário Judiciário Antônio Valdir de Almeida Filho e pelo secretário de Tecnologia e Informação Luciano Cumín.

A contar de 6 de outubro, quando foi instituído, o grupo tem 100 dias para entregar propostas à Presidência do TJCE.



Estímulo à conciliação entre as partes

O juiz deve realizar uma audiência de conciliação antes da apresentação de defesa pelo réu. Com isso, pretende-se estimular com que as partes cheguem a uma solução amigável ao invés de levar a causa adiante.



Defesa simplificada do réu

Quando quiser apresentar defesas referentes à incompetência de um juiz para julgar um processo ou buscar impugnar o valor dado à causa, o réu não mais precisará fazê-lo por meio de petições próprias. Todas as defesas devem ser feitas na própria contestação.

Nova contagem de prazos para as partes

Os prazos processuais serão contados em dias úteis e não mais em dias corridos. Assim, prazos serão ampliados e advogados terão direito a descanso aos fins de semana.



Aprimoramento das comunicações processuais

Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

Menos recursos e prazos recursais unificados

O novo CPC estabelece o prazo de 15 dias úteis para quase todos os tipos de recursos contra decisões e extingue recursos como os Embargos Infringentes e os Agravos Retidos. Os embargos são hoje utilizados contra decisões não unânimes de tribunais, enquanto os agravos são voltados às decisões não finais no curso do processo. Com o novo Código, esses dois tipos de mecanismos se tornarão Agravos de Instrumento. Isso dará maior dinamicidade aos processos.



Novas regras pros honorários advocatícios

São várias as novas regras, mas uma das mais delicadas é a de estabelecimento do pagamento de honorários na fase recursal. Ou seja: a parte que primeiro apresentar recurso terá de pagar os honorários destinados ao advogado da parte contrária caso seja derrotada.

Desconsideração da personalidade jurídica de sociedades

Estabelece regras para desconsiderar a personalidade de sociedades. Desta forma, os sócios são responsabilizados diretamente por dívidas em caso de fraudes ou desrespeito à lei.



Um passo importante rumo à cidadania

O Registro é o primeiro ato civil de qualquer pessoa. Não se pode exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais sem ele. O Programa de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento tem permitido à população o acesso a esses direitos. No Ceará, mais de 50 mil registros de nascimento já foram emitidos



Emanuelly Néri
emanuelly.neri@tjce.jus.br



Amanda de Lima não conteve a emoção ao registrar Maria Cecília. Aos 21 anos, desempregada e morando com os pais na periferia de Fortaleza, ela foi mãe pela primeira vez em outubro de 2015. Horas após o parto, soube que a filha poderia ser registrada gratuitamente no próprio estabelecimento de saúde. “Não sabia que tinha um cartório dentro do hospital registrando os bebês. Fiquei surpresa e achei ótimo. A partir de agora, minha filha se tornará uma cidadã”, diz.

A jovem foi surpreendida positivamente por uma iniciativa exitosa no Ceará. Trata-se do Programa de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento, que já emitiu mais de 50 mil certidões de nascimento por aqui entre janeiro de 2013 e setembro de 2015. A estatística foi levantada pela Corregedoria Geral da Justiça, coordenadora do projeto no Estado.

O programa permite que as certidões de nascimento sejam emitidas na própria unidade de saúde onde o parto aconteceu.

No Ceará, esse serviço está disponível nas maternidades de mais de 20 comarcas do Interior e nas principais de



Amanda é mãe de primeira viagem e ficou toda feliz com o registro da pequena Maria Cecília

Fortaleza. Na lista da Capital estão: Gastroclínica, Unimed, Antônio Prudente, Hospital Geral (HGF) e Dr. César Cals de Oliveira.

Implantado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em setembro de 2010, o programa consiste na utilização de sistema informatizado interligando maternidades e cartórios de Registro Civil. “O principal objetivo é diminuir o número de

pessoas sem registro no Ceará e garantir que o registro seja feito antes de o recém-nascido receber alta hospitalar”, explica o coordenador do programa, juiz corregedor Demétrio Saker Neto.

Segundo o Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), o Ceará tinha aproximadamente 9,8 mil crianças de até dez anos de idade sem registro de nascimento. Dentre as causas do



Igor comprovou a agilidade e gratuidade do serviço

GRATUITO

Francisco Igor da Silva, de 19 anos, comprovou a agilidade do serviço ao registrar a filha recém-nascida Maria Gabrielle. “Fiquei muito feliz com a rapidez com que minha filha foi registrada. Sem contar que é gratuito e de qualidade”, destaca.

O serviço de emissão das certidões de nascimento é simples. Os documentos dos pais da criança e o registro do recém-nascido emitido pela maternidade devem ser apresentados ao funcionário do cartório presente no hospital. A serventia registrará o nascimento e emitirá a certidão, que será assinada pelos pais e titular do cartório e fixada com o selo oficial.

SERVIÇO

Dúvidas sobre registro civil:
3207.7144 ou
3207.7166 ou ainda 3216.6000

sub-registro estão gastos com o deslocamento aos cartórios e a falta de instruções dos pais, que adiam os registros dos filhos.

"Muitos pais ainda não conhecem a importância do registro civil. Por isso, a Corregedoria, através do programa, tem buscado contribuir para a garantia do acesso aos direitos humanos da população do Estado", afirma o corregedor-geral da Justiça do Ceará, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva.

"O que a população leiga também precisa saber é que a certidão de nascimento é um direito de todo cidadão brasileiro, pois garante o nome, a nacionalidade e o vínculo familiar", acrescenta Saker Neto.

Todos os cartórios de Registro Civil de Fortaleza ofertam o serviço. E alguns instalaram as unidades interligadas nas maternidades antes mesmo de o programa ser instituído pelo CNJ. É o caso do cartório Jereissati. Lá, o trabalho é realizado desde



O desembargador Lincoln Araújo destaca: "é garantia do acesso a direitos"

2005. Cinco anos, portanto, antes de o Conselho transformar a iniciativa em política nacional. "Nós trabalhamos em esquema de revezamento. A cada semana, um cartório assume os trabalhos. Por dia, emitimos aproximadamente dez certidões", explica a titular da serventia

Salete Jereissati.

Ela resalta a importância do serviço. "Acima de tudo priorizamos o trabalho social. É muito gratificante ajudar os pais que não têm condições de registrar os filhos ou que não entendem a importância do registro civil de nascimento."

AS CIDADES DO INTERIOR QUE JÁ TÊM O SERVIÇO EM MATERNIDADES

Aracati, Barbalha, Baturité, Canindé, Cascavel, Cedro, Cruz, Horizonte, Iguatu, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Morada Nova, Quixadá, Russas, São Benedito, Sobral, Tauá, Tianguá e Ubajara.



SAIBA MAIS

Quem não possui certidão de nascimento não comprova o registro civil. Sem a certidão, a pessoa não está apta a obter a documentação básica e não poderá cadastrar-se em programas sociais, matricular-se em escolas, abrir conta em banco, obter crédito ou votar.

JURISdicionário



AÇÃO RESCISÓRIA

Pede a anulação de sentença ou acórdão ao qual não cabe mais recurso. Pode ser usada em dez casos previstos no Código de Processo Civil.

CABO ELEITORAL

Pessoas que devem conseguir mais integrantes para se filiarem a partido político ou conseguir mais eleitores para votarem nos candidatos da legenda.

ACÓRDÃO

Decisão judicial proferida por um grupo de juizes.

ADIÇÃO DA DENÚNCIA

Ato pelo qual o promotor público, após ter oferecido a denúncia, inclui novos nomes ou novos fatos.

LIMINAR

É um pedido de antecipação dos efeitos da decisão concedido antes do julgamento quando a demora dessa decisão pode causar prejuízos.

GRAU DE JURISDIÇÃO

É o mesmo que instância. Traduz a ordem de hierarquia do Judiciário, que se divide em inferior e superior. A inferior corresponde, normalmente, aos juizes. Eles formam a primeira instância. Já a instância superior corresponde aos tribunais.

DESAFORAMENTO

É o deslocamento de um processo já iniciado de um foro para outro, transferindo para o novo local a competência de julgar a causa.

EXAÇÃO

Arrecadação ou cobrança de valores do fisco promovida por pessoa a quem se atribui o encargo de os receber e guardar.

ISONOMIA

Princípio de que todos são iguais perante a lei e serão submetidos às mesmas regras jurídicas.

IMPROBUS LITIGATOR

Quem aciona a Justiça por uma causa que não tem direito, por ambição, malícia ou emulação.

CADUCAR

Ficar sem efeito ou sem valor, seja porque não se usou o direito que se tinha ou porque se renunciou a ele ou porque se deixou de cumprir ato subsequente.

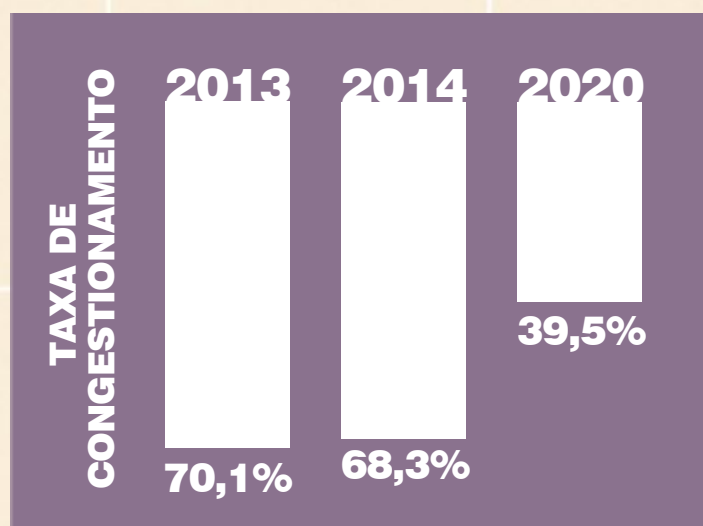


É hora de baixar o estoque!

Programa criado pelo TJCE apresenta soluções para resolver um dos maiores gargalos da Justiça brasileira: o congestionamento de processos



Karine Wanessa
karine.sousa@tjce.jus.br



Muitos afirmam que o Judiciário é moroso e pouco eficiente, mas nem todos conhecem os motivos que congestionam a Justiça. Atualmente, há cerca de 1,2 milhão de ações judiciais no Ceará. A média é de um processo para cada oito habitantes. Apesar do alto índice de demandas, o último relatório “Justiça em Números”, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponta que a quantidade de processos julgados cresceu 12% em 2014. “Isso mostra que a produtividade dos magistrados e servidores cearenses é alta”, declara o consultor jurídico do Tribunal de Justiça, Nilsiton Aragão.

O mesmo relatório, porém, apresenta o Ceará em penúltimo lugar entre os tribunais de médio porte no quesito Taxa de Congestionamento Processual. Segundo Nilsiton, uma das explicações para essa contradição seria a deficiência nas atividades relacionadas ao pós-julgamento, como publicação, certificação e baixa no sistema. “Por isso, a despeito do crescimento do índice de julgamentos, não houve uma redução proporcional da taxa de congestionamento”, aponta.

Para mudar essa realidade, o TJCE implementou em outubro de 2015 o Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento. Além de medir o volume de processos acumulados, o programa inclui capacitação de servidores e monitoramento periódico e fragmentado dos dados por unidade. Outro diferencial é a certificação por desempenho. As unidades que se destacarem na redução dos índices de congestionamento serão estimuladas com premiações.

Também foi implantada a utilização de certificado como critério de promoção de servidores e magistrados. “É um programa amplo e complexo. Não se trata apenas de recolher dados e enviá-los ao CNJ. Acredito que o TJCE está inovando, podendo, inclusive, servir de parâmetro para outros tribunais”, afirma Nilsiton Aragão.

Os filtros de monitoramento do programa foram definidos pela



Consultor Nilsiton Aragão

“ Não se trata apenas de recolher dados e enviá-los ao CNJ. Acredito que o TJCE está inovando, podendo, inclusive, servir de parâmetro para outros tribunais.

Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) em conjunto com a Secretaria Judiciária (Sejud), conforme parâmetros estabelecidos pelo CNJ. A Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) gerencia essas informações por meio dos sistemas de controle processual já existentes no Tribunal.

Mensalmente, a Setin também elabora relatório comparativo. O documento fica disponível na Intranet do TJCE. “O objetivo é fazer com que cada unidade enxergue sua situação e passe a atuar nos processos mais críticos”, informa o titular da Setin, Luciano Comin.

O acompanhamento permite que os grupos de descongestionamento direcionem as ações para as varas que mais necessitem. “A intenção não é criar um espírito competitivo, mas mostrar o empenho de cada unidade e disseminar as boas práticas”, afirma o secretário.



A intenção não é criar um espírito competitivo, mas mostrar o empenho de cada unidade e disseminar as boas práticas.



Secretário Luciano Comin

Para o programa funcionar a contento, Luciano Comin alerta para a importância de as unidades manterem os dados atualizados, sobretudo aqueles referentes a processos físicos. “Diferentemente dos processos digitais, o cadastro das movimentações dos autos físicos não ocorre em tempo real. Dessa forma, se a ação é efetivamente julgada e arquivada e essa informação não está registrada no sistema, ocorrerá uma distorção no monitoramento da taxa”, explica.

Em esforço para atualizar o acervo, o TJCE promoveu em novembro de 2015 um mutirão de baixas processuais em todas as unidades judiciárias de 1º Grau do Estado. Antes, a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará e a Seplog realizaram capacitações de servidores na Capital e no Interior. “Há uma preocupação muito grande não só com a quantidade, mas também com a qualidade dos dados extraídos. Os sistemas precisam ser alimentados de forma correta, utilizando filtros que indiquem claramente se o processo está em andamento ou se foi arquivado”, afirma Nilsiton Aragão.

Ainda segundo o consultor jurídico do Tribunal, o programa de monitoramento da taxa de congestionamento é fruto do atual contexto democrático, que exige cada vez mais transparência dos órgãos públicos. “Representa, sobretudo, uma prestação de contas à sociedade. Porém, não podemos criar a expectativa de que o monitoramento do congestionamento vai, por si só, gerar uma redução do número de processos. A solução hoje mundialmente aceita para resolver esse problema é a resolução consensual dos conflitos.”



O Tribunal promoveu diversas capacitações para os servidores alcançarem as metas

Planejamento a longo prazo: de 68% para 39%

As informações obtidas com o programa de monitoramento também vão contribuir para a formulação de estratégias de longo prazo pelos gestores do TJCE. “Esses dados nos permitem saber em que momento atuar e em qual unidade, que tipo de assunto está congestionando ou qual fase processual apresenta gargalos. A partir daí, serão traçadas ações específicas e orientadas para determinado problema”, afirma

o titular da Seplog, Joaquim Neto Cisne. A metodologia é inspirada em iniciativa similar implementada no Fórum Clóvis Beviláqua.

O secretário explica que o Plano Estratégico 2015-2020 do Judiciário cearense definiu três indicadores relacionados à taxa de congestionamento. Um deles visa reduzir o acervo processual de 68,3% para 39,5% até 2020. Outro indicador é voltado especificamente para a taxa de



Secretário Neto Cisne

congestionamento dos processos de execução. “Esse índice merece uma atenção especial porque conta com uma dificuldade extra, que é a resistência por parte do executado. Não depende só do esforço do magistrado”, esclarece.

Há ainda o índice de congestionamento de demandas repetitivas, que prevê redução de 9% no número de processos desse tipo até 2020. “São metas muito desafiadoras, mas todas as unidades estão empenhadas e trabalhando com afinco para cumprir”, diz Neto Cisne.



GRUPOS DE DESCONGESTIONAMENTO

Os grupos de descongestionamento foram criados para auxiliar as unidades com grande acúmulo de processos. Atuam em duas frentes: na Capital, sob coordenação da juíza Adayde Monteiro; e no Interior, sob responsabilidade do desembargador Inácio Cortez Neto.

Antes da implantação do programa de monitoramento da taxa de congestionamento, os grupos eram acionados de forma específica. Agiam conforme a demanda dos magistrados. Agora, com a extração mensal de dados por unidade, será possível melhorar a ação dos grupos de descongestionamento, que passam a atuar de forma sistemática e programada. Além disso, a força-tarefa vai auxiliar não apenas no julgamento, mas também nas movimentações pós-julgamento e na baixa definitiva.

À frente do grupo de descongestionamento da Capital desde março de 2015, a juíza Adayde Monteiro conta que já vem trabalhando nas baixas e movimentações de expedientes. “Isso é o que efetivamente vai indicar que aquele processo não está mais congestionando o Judiciário”, declara. Ela aponta que, de março a dezembro, foram baixados mais de 41.510 processos e movimentados cerca de 166 mil.

O grupo da Capital é composto por 55 servidores,

sendo que cinco trabalham na coordenação e 50 auxiliam as varas. Em outubro, foram cedidos 23 servidores da equipe para atuarem na atualização do acervo da recém-instalada Vara de Audiências de Custódia. “O trabalho, realizado com apoio da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, tem sido essencial para reduzir o volume de feitos à espera de decisões e para o alcance das metas do Judiciário”, diz Adayde Monteiro.

Em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, onde o grupo de descongestionamento do Interior atingiu a expressiva marca de 5.227 processos julgados em um único mês, os magistrados e servidores não têm dúvidas da importância do fortalecimento desse trabalho. “Nós tínhamos um acervo muito antigo, principalmente de processos de execução fiscal, que eram cerca de quatro mil. Todos foram julgados. O mutirão foi de uma ajuda inestimável”, declara a diretora do Fórum, juíza Carla Susiany de Moura.

Outras unidades, a exemplo da Vara Única de Icó, distante 147 quilômetros da Capital, implantaram seus próprios grupos de descongestionamento para agilização processual. “Para alcançar as metas, vimos a necessidade de pensar permanentemente essa questão e lançamos portaria definindo as regras”, cita o titular da comarca, juiz Ireilton Freire.



Desembargador Inácio Alencar



Juíza Adayde Monteiro

ATUAÇÃO DO GRUPO DE DESCONGESTIONAMENTO EM 2015

UNIDADES	CAPITAL 50	INTERIOR 19
PROCESSOS JULGADOS	19.911	11.663
PROCESSOS MOVIMENTADOS	166.579	12.493

MUTIRÕES

Quando todo mundo sai ganhando

Melhor para a sociedade, melhor para o Judiciário. A realização de mutirões tem acarretado maior celeridade no andamento de processos e na resolução de conflitos por meio da conciliação



Camilla Carneiro
camilla.araujo@tjce.jus.br

A busca por maior celeridade na resolução de conflitos é uma das metas do Judiciário. E a maneira mais eficiente de conseguir isso é através de acordos. Assim, evita-se que processos se estendam e gerem desgaste e acúmulo de ações. Com a realização de mutirões, a Justiça reúne processos passíveis de conciliação em um só lugar e promove acertos entre as partes.

Em 2015, o TJCE deu impulso a essas forças-tarefa. O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, por exemplo, fez diversos mutirões durante o ano. "Foi preciso observar que tipo de processos demandavam maior atenção. Algumas ações se repetem em grande quantidade e os mutirões juntam esses processos na

busca por acordos", explica a coordenadora do Centro, juíza Natália Almino.

O Mutirão do Seguro DPVAT, que cobre danos pessoais causados por acidentes de trânsito, tem sido recorrente e gerado bons resultados. Desde julho de 2015, cinco mutirões envolvendo o seguro foram realizados só no Fórum da Capital. A mobilização reúne processos de algumas Varas Cíveis, agenda audiências e promove a conciliação entre as partes.

Além do juiz, a mediação também é realizada por conciliadores e mediadores, que passam por curso de

capacitação. A presença dessas figuras acelera o processo. Depois de o acordo feito, o termo é levado ao juiz apenas para ser homologado.

O primeiro mutirão aconteceu de 28 a 30 de julho de 2015 e realizou 519 audiências. Obteve 45% de acordos. Apesar de o quantitativo representar pouco menos da metade das



audiências, o número significa muito. São 236 processos a menos nas varas em apenas três dias de trabalho. Desde então, o Centro tem realizado um Mutirão do DPVAT por mês.

É benefício para todos. Para o Judiciário, para as empresas e para a sociedade. A dona de casa Maria Gabriele compareceu a um dos mutirões realizados. Depois de sofrer um acidente de moto e fraturar o tornozelo, ela foi para a audiência em busca de uma indenização satisfatória e gostou da iniciativa. "O atendimento foi muito bom e muito rápido", elogia.

O segundo mutirão (18 a 20 de agosto) obteve 39% de acordos; o terceiro (23 e 24 de setembro), 38%, e o quarto (26 a 29 de outubro), 45%. O quinto mutirão aconteceu durante a

Semana Nacional de Conciliação, 23 a 27 de novembro, e resultou em 56% de acordos. Com o sucesso das cinco edições em Fortaleza, os mutirões do seguro DPVAT foram levados para todo o Estado. Os juízes passaram a determinar mutirões nas comarcas, dando maior agilidade e gerando mais acordos.

Em abril, foi realizado também em Fortaleza o mutirão de alimentos. Processos relacionados a pensão alimentícia movimentam as Varas de Família de todo o Estado e, principalmente nesses casos, a conciliação é o melhor caminho.

Nessa edição, 75% das audiências tiveram êxito. Uma

auxiliar de lavanderia conseguiu aumentar o valor da pensão para o filho de nove anos. Ela disse que o serviço "é bom porque resolve logo". Processos das Varas de Família como esse são os que mais tendem a ter resoluções sem maiores conflitos. Muitas vezes, a presença de um conciliador é capaz de solucionar a disputa judicial.



Audiências de conciliação têm sido cada vez mais comuns no Judiciário cearense

Semana da Justiça pela Paz em Casa

A iniciativa está entre os mutirões mais significativos para o Judiciário cearense. Durante o ano, foram três edições realizadas nacionalmente, que movimentaram 2.599 processos.

Foram 1.360 audiências, 724 sentenças, 502 despachos e 13 júris, em Fortaleza e nas comarcas do Interior. "A Semana da Justiça pela Paz em Casa tem como principal papel voltar os olhos do Judiciário para a violência doméstica", explica a titular do Juizado da Mulher de Fortaleza, juíza Rosa Mendonça.

O balanço do primeiro semestre aponta essa legislação como responsável por 34.162 processos no Ceará. Por isso, o mais importante da Semana foi conseguir movimentar processos parados.

Só na segunda edição da força-tarefa, que aconteceu de 3 a 7 de agosto de 2015, 1.378 procedimentos foram realizados. Em comparação com a primeira edição da Semana, ocorrida de 9 a 13 de março de 2015, a segunda realização quase triplicou



o número de audiências, o que mostra o maior engajamento dos juízes. "Fiquei sensibilizada com a adesão dos colegas nessa segunda Semana. Muitas pessoas foram beneficiadas e foram realizadas audiências que, se não fossem pela força-tarefa, só aconteceriam em 2016." Só na sede do Juizado, 259 audiências foram realizadas ao todo.

Em novembro, as ações chegaram à terceira edição. De 30 de novembro a 04 de

dezembro, foram realizados 571 procedimentos, 253 apenas no Juizado da Mulher da Capital. Foram 36 unidades judiciárias engajadas na missão. A coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJCE, desembargadora Sêrgia Miranda, afirma que "toda essa movimentação processual é muito importante para a resolução de conflitos de violência e para trazer a paz para os lares."



Treze cidades de médio e grande porte do Ceará vão receber centros de solução de conflitos novos ou melhorias em estruturas já existentes. Uma ajuda e tanto para resolver causas através do diálogo entre as partes

Hoje em funcionamento no Palácio da Justiça, em Fortaleza, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Ceará (Nupemec) vai ampliar ainda mais a área de cobertura dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). No primeiro semestre de 2016, 13 comarcas ou vão ganhar unidades do tipo ou terão melhoradas estruturas já existentes.

Aracati, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Quixadá, Tauá e Tianguá formam a lista dos municípios de médio porte – a chamada Entrância Intermediária – que terão Cejuscs em funcionamento. Já Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte são as cidades de grande porte – a Entrância Final – que receberão melhorias nos Cejuscs.

Todas receberão novos servidores, melhoramento de infraestrutura, mobiliário e equipamentos de informática. “As comarcas estão sendo estimuladas a criar esses Centros no Interior. E nós, Presidência e Nupemec, estamos dotando todos os esforços para uma estruturação satisfatória”, adianta a presidente Iracema Vale.

Além disso, está em estudo a possibilidade de implantação de postos do Cejusc da Capital

em universidades para 2016. Um convênio com a Universidade de Fortaleza (Unifor) já foi firmado para estimular a cultura de paz e a capacitação de servidores.

Os Cejuscs são espaços ideais para atender pessoas como seu Márcio Holanda. Insatisfeito com o valor recebido de uma indenização por acidente de trânsito, ele ingressou com uma ação judicial contra a seguradora. Queria receber outro Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) pelo fato de ter ficado impossibilitado de trabalhar. Preciso de uma audiência de conciliação para resolver o problema. “Foi muito importante porque acelerou o julgamento do meu processo.”

Junto com os novos Cejuscs, chegarão também ações de capacitação e atualização permanente de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores nos métodos consensuais de solução de conflitos. Tudo definido conforme o Conselho Nacional de Justiça, inclusive com a realização de eventos no Interior.

SEMANA DA CONCILIAÇÃO

No TJCE, o Nupemec existe desde 2011. Coordena mutirões processuais na Capital e no

Interior, seja por iniciativa própria ou dentro da Semana Nacional da Conciliação, promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça. Na edição de 2015, a mobilização do CNJ rendeu ao Ceará 14.218 audiências e 5.817 acordos.

“O Nupemec tem uma atuação proativa. Ele busca uma solução negociada entre as partes, acolhe as pessoas interessadas em conciliar e está sempre aberto para recebê-las”, afirma o supervisor do Núcleo, desembargador Francisco Gladysson Pontes.

Coordenador do Nupemec desde a instalação do órgão, o juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira reforça: “A conciliação vem recebendo cada vez mais a atenção do Judiciário, pois permite que as partes tenham uma melhor compreensão dos fatos e uma interação, possibilitando um diálogo mais consistente e compreensivo.”

Em 2015, o Núcleo capacitou servidores da Justiça cearense e agendou milhares de audiências de conciliação, incluindo ações que envolviam grandes empresas de telefonia e planos de saúde. Até 2017, a expectativa é de que cada unidade judiciária tenha, no mínimo, dois funcionários treinados e aptos a desenvolverem atividades de mediação e conciliação.



Priscila Teixeira
priscila.teixeira@tjce.jus.br

Estrutura do Portal foi modificada para permitir acesso aos principais serviços a partir de poucos cliques. Espaço virtual já está no ar

A busca pelo aperfeiçoamento no atendimento à sociedade via Internet fez com que as ferramentas de comunicação do Judiciário cearense se renovassem. Por isso, o Tribunal de Justiça aposenta um site estático e apresenta à população um novo portal. O TJCE conta com um espaço virtual mais dinâmico, com estrutura adequada para permitir acesso aos principais serviços prestados a partir de poucos cliques.

Sem muitos níveis de navegação, os serviços passam a ser distribuídos de forma categorizada, acompanhando uma tendência já posta em prática noutras cortes de justiça brasileiras. O menu chamado “accordion” está dividido em quatro perfis (Cidadão, Advogado, Magistrado e Servidor) e possibilita ao internauta ter acesso de forma fácil e rápida ao

conteúdo/serviço que precisa.

O layout foi desenhado apenas com elementos essenciais, tornando o site limpo e organizado. As cores integram a paleta já utilizada nas demais ferramentas de comunicação institucional do Judiciário. O novo portal também utiliza o chamado “design responsivo”, que se adapta a todo tipo de aparelho, seja ele computador convencional, notebook, tablet, smartphone etc de qualquer sistema operacional.

Conforme explica o desenvolvedor Angelo Rocha, páginas com design responsivo são melhores para a experiência do usuário – pois ele consegue navegar sem problemas, independente do tamanho da tela do aparelho – e melhora as análises de estatística, já que é possível conhecer o público.

Com a publicação do

novo site, o Tribunal pretende, segundo explica a coordenadora de Comunicação Silvia Goes, melhorar a prestação de serviços e a comunicação entre o Judiciário e a população. “A gestão da presidente Iracema Vale tem engajado toda a sua equipe para esse processo de modernização e, com isso, promover comodidade, rapidez e eficiência ao internauta”, explica a jornalista.

O compartilhamento do conteúdo nas redes sociais e o envio de informações via e-mail, diretamente do site, também são possíveis. Outra inovação é a identificação das notícias através do QRCode. Um código é gerado automaticamente quando uma publicação é feita e, a partir daí, os internautas podem utilizar dispositivos móveis para fazer a leitura do QRCode, compartilhar notícias através de smartphones

ou simplesmente optar por ler as matérias em seus dispositivos.

Uma enquete para promover debates sobre temas da atualidade será disponibilizada na homepage semanalmente. Os resultados vão ser utilizados na produção de reportagens para as ferramentas de comunicação do Tribunal.

Todas as seções do novo portal contam com sistema de categorias e tags para a classificação do conteúdo. Isso permite ao internauta realizar a busca de apenas um determinado

tópico de conteúdo desejado.

Mais de 27 mil notícias foram migradas do antigo site para a plataforma do novo portal do TJCE. E um sistema para gerenciar a seção de vídeos do programa de TV – Judiciário em Evidência - foi desenvolvido. Ele conta com acesso direto às APIs do YouTube. Ou seja: uma imagem será gerada e guardada diretamente nos servidores do TJCE, fazendo com que o carregamento da página seja ainda mais rápido.

A seção "Transparência"

tem navegação mais dinâmica e intuitiva. Pesquisar tornou-se muito mais simples, pois o conteúdo se encontra mais organizado e conta com busca em tempo real para acessar arquivos de um determinado período de tempo.

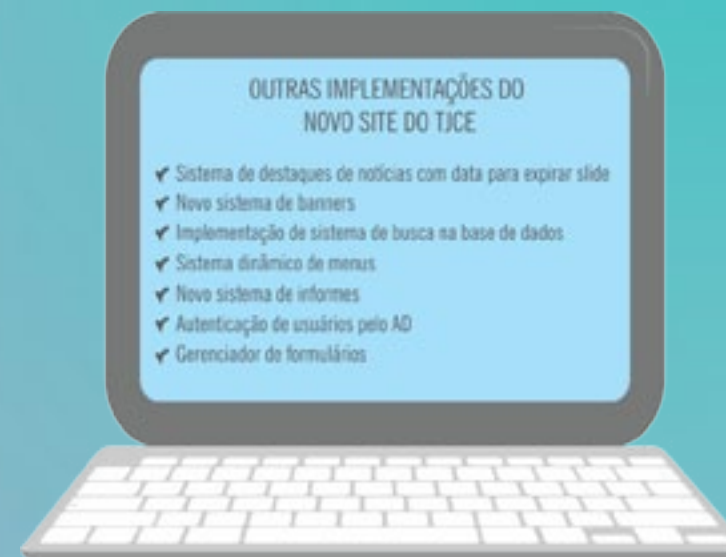
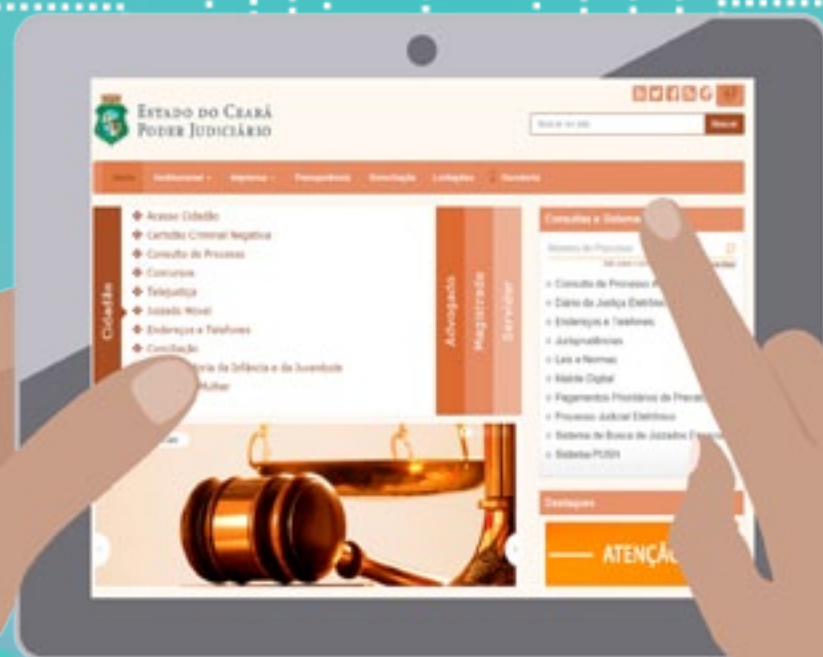
A seção de ouvidoria também foi reformulada. Ao acessá-la, o visitante se depara com um formulário de contato já preparado para receber dúvidas, sugestões ou reclamações. O formulário conta com o sistema de reCaptcha, do Google, para evitar o mau uso por spammers.

A IMPORTÂNCIA DE SER SEGURO

Todas as páginas do novo site do TJCE passaram por rigorosos testes de segurança. Seções, como é o caso do diretório "uploads", tiveram a proteção dobrada, com o bloqueio de execução de arquivos não seguros ou suspeitos.

O painel administrativo do portal também teve restrições aplicadas. Somente é possível fazer login administrativo caso o usuário esteja dentro da rede interna do Tribunal de Justiça. Se acessá-la de outra rede, como a Internet de casa, por exemplo, será exibida uma página de erro.

Outra modificação referente à segurança foi feita nas URLs, que agora usam o recurso de "reescrita (friendly urls ou urls amigáveis)". Assim, evita-se que sejam passados parâmetros via URL, muito utilizados em ataques de Sql Injection.



Interior

Karine Wanessa
Jornalista



karine.sousa@tjce.jus.br

COMARCA BICENTENÁRIA

O juiz da 1ª Vara do Crato, Renato Velloso, publicou portaria em novembro de 2015 estabelecendo a formação de comissões para programar atividades em comemoração ao bicentenário da comarca. As ações terão início em janeiro de 2016 e vão incluir concurso literário, de cordel e de vídeo-documentário sobre a cidade, que sopra 200 velinhas em junho do mesmo ano. Participam da mobilização magistrados, servidores judiciais e municipais, alunos de escolas profissionalizantes e do Ensino Médio.



Comemorações vão ressaltar a cultura local, a exemplo do Coral da Sociedade Artística do Crato

CASA ROSA

Desde outubro, o município de Mombaça, distante 296 quilômetros de Fortaleza, conta com a Casa Rosa, onde funciona o Centro de Referência à Mulher. A mobilização para instalar o equipamento partiu da titular da 2ª Vara da Comarca, juíza Larissa Braga, em parceria com a Coordenadoria da Mulher, que treinou profissionais para atuar no combate à violência doméstica.

NOVO JUIZADO

Juazeiro do Norte, a 535 km da Capital, irá receber um novo Juizado Especial Cível e Criminal. A unidade vai funcionar no campus da Faculdade Leão Sampaio, a partir de fevereiro de 2016. O convênio foi assinado entre a presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale, e o reitor Jaime Romero em outubro de 2015. O custo da obra, totalmente financiada pela faculdade, é da ordem de R\$ 1,5 milhão.

ESMEC NO INTERIOR

Como parte das ações de descentralização das atividades pedagógicas, a Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) instalou em setembro o Polo de Aprendizagem do Município de Iguatu, a 384 km de Fortaleza. O equipamento vai beneficiar juízes e servidores da 2ª Zona Judiciária, que abrange 16 municípios.

O fascínio pelo Tribunal do Júri

Estudantes de Direito são figurinhas conhecidas nas sessões de julgamento popular do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza. Quase sempre estão de caderno e caneta a postos pra anotações que podem ter importante reflexo na formação acadêmica e profissional. Não é universitário e quer assistir a um júri? Saiba como



Rodrigo França
rodrigo.gomes@tjce.jus.br

Cabisbaixas e abatidas, mãe e filha esperavam o veredito. Elas haviam assassinado um homem. O defensor alegou legítima defesa. Mesmo após a oratória privilegiada do promotor de Justiça, os jurados decidiram pela absolvição.

A descrição caberia perfeitamente a um julgamento de grande comoção. Mas não é. Com exceção do juiz convidado para presidir a sessão, o titular da 3ª Vara Criminal de Fortaleza, Ricardo Emídio de Aquino Nogueira, todos os participantes eram, na verdade, estudantes.

O figurino incluía becas

emprestadas. No cenário, objetos cênicos como urnas reais e a faca que teria sido utilizada no crime fictício, porém baseado em caso real. No auditório lotado, ocorria, em 29 de outubro último, o primeiro júri simulado da Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (Fametro).

A iniciativa foi consequência de uma prática comum entre professores e acadêmicos de Direito: ir a fóruns assistir a julgamentos. Para embasar as encenações, a professora Milena Britto Felizola, coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica da instituição,

acompanhou alunos em três sessões reais.

Uma delas ocorreu durante a I Semana Estadual do Júri, realizada entre 14 e 18 de setembro de 2015. O evento foi marcado pela visita maciça de alunos aos salões do júri do Fórum Clóvis Beviláqua: cerca de 680.



Juiz Ricardo Emídio

A MATERIALIZAÇÃO DA LEI

Magistrados e professores consideram esse tipo de atividade fundamental por unir a teoria da sala de aula à prática jurídica. “Os estudantes percebem como a letra da Lei se materializa através da atuação dos atores que militam na prática do Direito. É um momento também de se fixar o que se aprende”, explica o juiz Ricardo Emídio.

Titular da 2ª Vara do Júri de Fortaleza, o juiz Henrique Jorge Holanda Silveira considera muito salutar a presença de estudantes nas sessões do Tribunal do Júri. “Desde jovens, eles vão se familiarizando com tão importante órgão, o que poderá até mesmo influenciar no seu futuro profissional”, ressalta.

A professora Milena Britto também defende a importância do contato entre o discente e o futuro ambiente de trabalho, mantendo estreita relação com o Poder Judiciário e órgãos auxiliares. “Se o aluno está familiarizado com o seu ambiente

de atuação, com certeza estará muito mais preparado e seguro para iniciar e exercer a sua profissão”, observa.

Opinião semelhante tem a professora Fernanda de Castro, do Curso Técnico de Serviços Jurídicos, da Faculdade e Cursos Técnicos Apoena. “O estudante, ao assistir a julgamentos, tem a oportunidade de aproximar-se dos profissionais atuantes no Tribunal do Júri e, assim, verificar a atuação de cada um deles para que, no futuro, isso seja fundamental na formação profissional”, destaca.

Mas o que os próprios alunos pensam da experiência? Para conhecer suas motivações e impressões, os casos que mais chamaram atenção e as influências do Tribunal do Júri em seu futuro profissional, a “Judiciário em Revista” conversou com sete deles. De perfis e instituições diferentes, eles relatam como foram os contatos.



Desde jovens, eles vão se familiarizando com tão importante órgão, o que poderá até mesmo influenciar no seu futuro profissional

Juiz Henrique Jorge



COMO ASSISTIR A JULGAMENTOS NO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

Sempre abertos ao público, os julgamentos do Tribunal do Júri ocorrem de segunda a sexta-feira, nos quatro salões do Fórum. As pautas de julgamento, com nome dos réus e horário das sessões, estão fixadas nas entradas das Varas do Júri.

Para participar do projeto “Fórum mais próximo da sociedade”, que promove palestras sobre o Poder Judiciário e visitas coletivas ao Tribunal do Júri, a instituição de ensino deve ligar para a Seção de Capacitação do Fórum e agendar uma data.

O telefone é (85) 3492.8060.

DO SIMULADO PARA O REAL

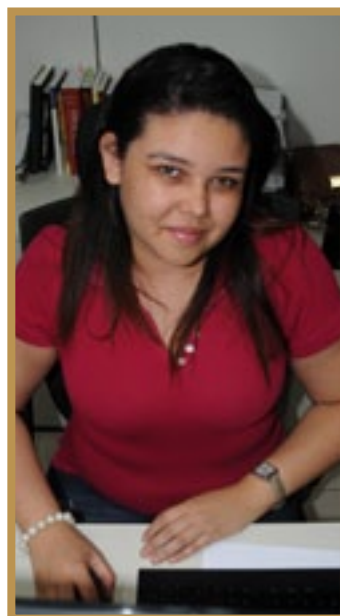


Já no primeiro semestre do curso de Direito, Miguel Guiter acompanhou uma simulação de tribunal do júri. A experiência o motivou a frequentar julgamentos reais. Ele costuma ir a salões do júri uma vez por semana. "É sair do papel para vida real. Temos contato direto com o que realmente acontece, com o júri, a defesa e a acusação. Isso me inspira."

O que mais chama atenção dele é a atuação da Defensoria Pública. "Acho muito difícil fazer a defesa. Mas já vi casos de réus serem absolvidos após atuações muito boas."

Ele aguarda pelo desfecho de um caso recentemente ocorrido em Paracuru. No entanto, Miguel não precisa esperar por motivação profissional. "Hoje, a carreira jurídica relacionada à área criminal é algo que me identifico e me vejo seguindo."

FUTURA DEFENSORA

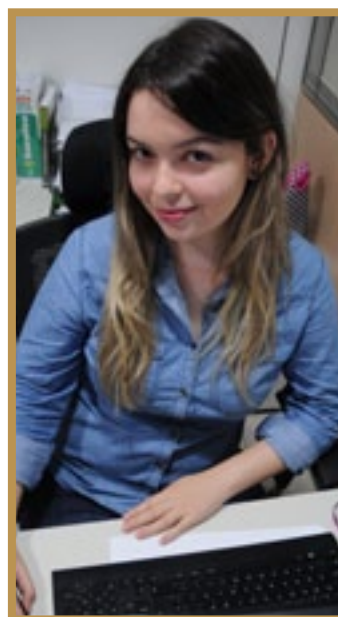


Uma frequentadora assídua de julgamentos é Hévila de Oliveira, estudante do 8º semestre de Direito na Faculdade Fanor/DeVry. Se no período da manhã ela estagia na Defensoria Pública, as tardes são aproveitadas para o Tribunal do Júri.

Ela confere, em média, de duas a três sessões por semana. Sempre incentivada por professores, essa vivência é, para ela, de extrema importância. "É buscar uma prática jurídica antes mesmo de estar no mercado de trabalho. Isso só vem a corroborar com a minha formação."

A experiência foi determinante na escolha profissional da estudante, que se encantou pelo trabalho desempenhado por defensores também nos julgamentos. Tanto que pretende prestar concurso para o cargo.

A RELEVÂNCIA DAS PROVAS



Um caso chamou atenção de Marília Carvalho, estudante do sexto semestre de Direito e estagiária da Defensoria Pública.

Tratava-se de um rapaz que alegou ter o objetivo de furtar, mas acabou matando em legítima defesa. No entanto, acabou provada a intenção de cometer o homicídio. Para Marília, foram marcantes tanto a relevância das provas apresentadas pelo Ministério Público como a atuação da defesa. Embora tenha assistido a apenas dois julgamentos, ela já percebeu as vantagens da experiência. "Podemos observar na prática o que é visto em sala de aula, vendo como se dão os atos processuais, como realmente se comporta o réu e a questão da função dos jurados."

UM ENGENHEIRO NO TRIBUNAL DO JÚRI

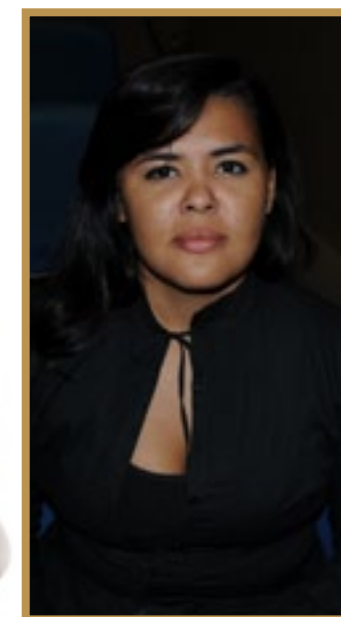


Entre os participantes da I Semana Estadual do Júri, um se destacou não só pela frequência em quatro julgamentos assistidos. O perfil fugia do padrão. Trata-se do analista judiciário e engenheiro Civil Agliberto Alves.

Também chefe do Setor de Manutenção e Zeladoria do Fórum Clóvis Beviláqua, ele já sabia que as sessões eram abertas e conferia casos de grande repercussão. "Assistir a julgamentos é dar vivência ao que será a vida profissional do estudante."

Ele cursa o décimo semestre de Direito. "O que chama mais atenção é a defesa, pelos argumentos que usa para inocentar ou reduzir a pena, embora a atuação do Ministério Público seja muito marcante, por observar as contradições dos depoimentos."

A ESTUDANTE QUE VIROU JURADA



Depois de assistir a três julgamentos, a aluna da Faculdade Estácio/FIC, Bianca Mota, se interessou tanto pelo Tribunal do Júri que resolveu se disponibilizar para a Justiça como jurada. "A teoria é a base de tudo, mas a prática é essencial para o aprendizado a fundo", justifica.

Atualmente no terceiro semestre de Direito, ela é também jurada da 1ª Vara do Júri de Fortaleza, atividade que exerce desde fevereiro de 2015. O interesse surgiu devido a uma atuação "dramática" da Promotoria, que se destacou em um caso comum: uma briga de bar terminada em homicídio.

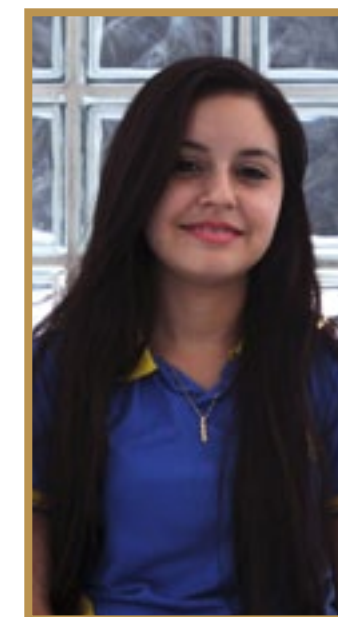
Como estudante, um crime atraiu sua atenção. Envolveu um traficante cujo informante havia sido assassinado pelo adversário. Por vingança, o traficante matou o rival.

PARA EVITAR O CRIME



Rafael Feitosa deixou de dar aulas de português para ingressar no Direito. Está hoje no quarto semestre e, seguindo a orientação de professores, já assistiu a seis julgamentos. "É uma forma prática de se apropriar do que a gente aprende na faculdade, interagir com pessoas da área e ambientar-se com a profissão para que, no futuro, não tenha surpresas e já entre preparado no mercado. A partir da experiência, passei a ter mais certeza do curso que escolhi." Entre as sessões assistidas, foi marcante a repercussão de um julgamento no último dia 30 de julho, em que o réu Sam Michel foi condenado a 16 anos de prisão pelo assassinato da namorada. "Marcou ao mostrar que as mulheres têm que ter cuidado com a reincidência. Ele [o réu] já tinha se mostrado violento, agressivo e extremamente ciumento."

O SONHO DE SER PROMOTORA



Não são apenas os acadêmicos de Direito que costumam frequentar o Tribunal do Júri. Graças ao projeto "Fórum mais próximo da sociedade", estudantes também do Ensino Médio vão ao Fórum Clóvis Beviláqua. No local, assistem a palestras sobre o Judiciário e a julgamentos.

Uma dessas espectadoras foi Naiara Saraiva, aluna do 3º Ano do colégio Senador Osires Pontes. Ela só havia presenciado algo parecido em filmes. "Fiquei emocionada quando entrei no salão do Júri porque já me imaginava atuando lá algum dia". Como o tempo foi curto, ela só pode conferir a atuação do Ministério Público. Gostou tanto que, ao sair, pesquisou o que faz um promotor. "Eu já sonhava com Direito. Agora sonho em ser promotora."

Os senhores - e a senhora - das metas

Cinco desembargadores foram designados gestores das metas estipuladas pelo CNJ para o Judiciário cearense. Os resultados positivos são consequência de ações precisas. Os índices consolidados do alcance dessas metas devem ser divulgados só em fevereiro de 2016. Mas a gente te diz quem é quem (e quem está fazendo o quê)



A cada ano, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece metas a serem cumpridas pelo Poder Judiciário em todo o Brasil. Em 2015, foram priorizadas ações relacionadas à solução de casos repetitivos e os métodos de conciliação. No Ceará, diversas ações estão sendo realizadas para que essas metas sejam atingidas (e superadas).

Para facilitar o monitoramento e agilizar a execução, a presidente do Tribunal de Justiça (TJCE), desembargadora Iracema Vale, designou gestores para cada uma das metas. Foram escolhidos cinco desembargadores que designaram as mais variadas medidas para os objetivos serem alcançados.

Gestor da Meta 1 do CNJ, o desembargador Washington Araújo fala da importância do engajamento dos magistrados. “O Poder Judiciário está consciente de que precisamos cumprir essas metas. O mais importante é criar essa consciência. Todos estão empenhados”, assegura.

A meta gerenciada por ele tem grande relevância porque trata de julgar um número maior de processos do que a quantidade que chega ao Judiciário. E o

acúmulo de causas é um dos maiores problemas de tribunais de todo o País. Mais de 100 milhões de processos tramitam no Brasil. São cerca de 1,4 milhão só no Ceará.

Com o cumprimento da Meta 1, o histórico de acúmulo de processos vai diminuir ano a ano, gradativamente. Washington Araújo explica que o trabalho mais importante é identificar as vulnerabilidades, onde existe maior dificuldade de cumprimento e ver exatamente o porquê de isso acontecer.



Esse ano, só nesse trabalho de limpar processos já julgados do sistema, atualizando a informação, foram mais de 34 mil processos com o status modificado.

Uma das dificuldades enfrentadas, segundo o gestor, é a atualização dos processos no sistema. “O processo é julgado, mas as informações nem sempre são atualizadas. Esse ano, só nesse trabalho de limpar processos já julgados do sistema, atualizando a informação, foram mais de 34 mil processos com o status modificado”, explica. Por isso, identificar processos é um passo essencial para as ações funcionarem de maneira mais eficiente.

A Meta 1 está ainda inserida no Plano Estratégico 2015-2020 do TJCE. Isso faz com que o alcance seja facilitado. Segundo Leonel

Oliveira, do Departamento de Estratégia e Projetos da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal, são realizadas reuniões periódicas com os gestores para passar dados e ouvir propostas de novas ações.

Ele esclarece que “o CNJ já deu a algumas metas um caráter plurianual; por isso, já as inserimos no nosso plano estratégico”. Além da Meta 1, as metas 2, 3 e 4 constam nos indicadores do Plano.

ESTUDO, OLHAR E ATENÇÃO

Gestora da meta 2, a desembargadora Nailde Pinheiro elogia o trabalho da Seplag, tido

por ela como essencial para as metas terem um bom resultado alcançado, principalmente no que diz respeito à atualização de informação nos sistemas.

Esse foi um trabalho de ligações a comarcas, deslocamentos ao Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, onde há a maior quantidade de processos do Estado, para uma limpeza ser feita. “É algo que tem sido tentado por muitos anos, mas que só agora foi possível ser alcançado. Foi um trabalho maravilhoso, que auxiliou muito no alcance de metas relacionadas ao descongestionamento”, afirma.



Precisamos incentivar os magistrados a dar prioridade a essas ações mais antigas. E essas são aquelas que exigem um maior tempo de estudo, de olhar, de atenção.

Esse é o caso da Meta 2, cujo objetivo é identificar e julgar 80% dos processos mais antigos durante o ano. No caso do 1º grau, são processos distribuídos até 2011; no 2º grau, são as ações distribuídas até 2012. A Meta indica ainda que se deve identificar e julgar 100% dos processos até 2012 nas Turmas Recursais e nos Juizados Especiais.

Para a desembargadora, “essa é uma meta de grande desafio. Precisamos incentivar os magistrados a dar prioridade a essas ações mais antigas. E essas são aquelas que exigem um maior tempo de estudo, de olhar, de atenção.”

Hoje, muitos desses processos bem antigos foram digitalizados, o que também facilitou a identificação e o julgamento dos mesmos. Outro fator que incentivou bastante para a meta alcançar um bom número foi a atuação dos grupos de descongestionamento da Capital e do Interior.

Nailde Pinheiro defende a importância da atuação dos grupos, principalmente no Interior. De janeiro a dezembro, 11.663 processos haviam sido julgados. Desses, muitos fazem parte da categoria de processos antigos. “É importante até para dar uma resposta às pessoas das comarcas que estão sem magistrados. E não vão só eles, mas vai toda uma equipe para movimentar processos parados. O desembargador Inácio, supervisor do grupo, está de parabéns”, destaca.

DESENCALHE E MELHOR COMUNICAÇÃO

O trabalho do Grupo de Descongestionamento do Interior tão elogiado pela desembargadora Nailde Pinheiro não beneficiou somente a Meta 2, mas também as metas do próprio desembargador Inácio Cortez, gestor do colegiado e também das metas 4 e 7 do CNJ.

Identificar e julgar pelo menos 70% de processos relacionados a improbidade administrativa, crimes contra a administração pública e combate à corrupção. Muitos desses processos se encaixam na Meta 2. Ou seja: são processos mais antigos. “Por serem mais trabalhosas, essas ações costumam perdurar mais tempo. O Grupo tem auxiliado no desenrolar dos processos”, explica o magistrado. Desembargador Inácio gerencia ainda a meta 7,

que prioriza o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos.

Grupos, aliás, fazem parte do acompanhamento de todas as metas. Principalmente para o desembargador José Tarcílio, gestor da Meta 6, que objetiva identificar e julgar 70% de ações coletivas distribuídas até 2012 no 1º grau e até 2013 no 2º grau. “Vimos a necessidade de ter uma comunicação mais direta no 1º grau. Por isso, foi formado um grupo de trabalho comandado por mim e pelo juiz Cristiano Leitão, titular da 37ª Vara Cível, que é o nosso apoio no Fórum”, revela. Ele afirma ainda que foram feitas reuniões com juízes coordenadores de cada área, listando os processos que se encaixavam na Meta e pedindo prioridade de julgamento.

Aumentar os casos solucionados por conciliação é o

principal objetivo da Meta 3. Para isso, a principal ação envolve impulsionar os trabalhos dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos, os Cejusc. “Já firmamos um com a Unifor para a capacitação de conciliador e mediador, e estamos em vias de conclusão de outros cinco convênios com universidades, para a implantação de centros judiciários”, afirma o desembargador Gladysson Pontes, gestor da Meta.

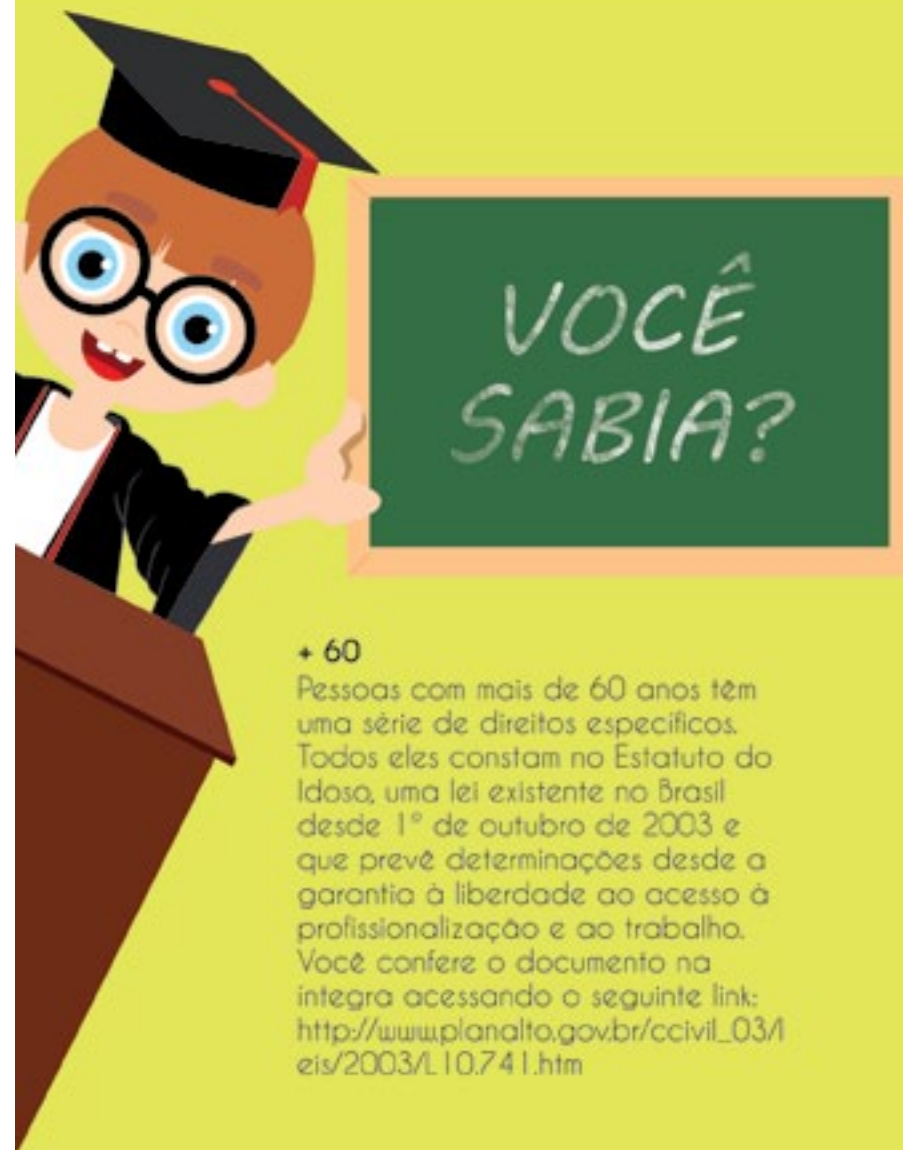
Outro propósito é a homologação de acordos pré-processuais. Esses acordos, por serem realizados antes do processo, não eram documentados e, portanto, não contabilizados. Segundo o magistrado, “a partir desse semestre, fizemos contatos constantes com as varas e, então, passamos a receber e contabilizar esses dados.” (Camilla Carneiro)

AS METAS DO CNJ

META 01 Julgar mais processos do que o número de processos distribuídos durante o ano. Gestor: desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo	META 05* Impulsionar processos à execução.
META 02 Identificar e julgar 80% dos processos distribuídos até 2011 para o 1º grau, e até 2012 para o 2º grau, além de 100% dos processos distribuídos até 2012 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais. Gestora: desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira	META 06 Identificar e julgar as ações coletivas distribuídas até 2012 (1º grau) e até 2013 (2º grau). Gestor: desembargador José Tarcílio Sousa da Silva
META 03 Estimular o trabalho do Nupemec e garantir que o número de acordos pré-processuais e conciliações seja maior que a média de sentenças homologatórias. Gestor: desembargador Francisco Gladysson Pontes	META 07 Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos. Gestor: Desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto
META 04 Identificar e julgar no mínimo 70% das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública. Gestor: desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto	META 08** Incentivar o uso da Justiça Restaurativa, perspectiva de solução de conflitos que envolve a aproximação entre vítima, agressor, suas famílias e a sociedade na reparação dos danos causados por um crime ou infração.

* Meta exclusiva da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal

** Aprovada para 2016 durante o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, que aconteceu nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, em Brasília.



+ 60

Pessoas com mais de 60 anos têm uma série de direitos específicos. Todos eles constam no Estatuto do Idoso, uma lei existente no Brasil desde 1º de outubro de 2003 e que prevê determinações desde a garantia à liberdade de acesso à profissionalização e ao trabalho. Você confere o documento na íntegra acessando o seguinte link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10741.htm

DINHEIRO

O orçamento do Judiciário cearense é atrelado à Lei Orçamentária Anual (LOA), apresentada pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa. Isso significa dizer que o TJCE recebe do Executivo o valor que deverá gastar a cada ano. Não é, portanto, uma verba própria e que pode ser aumentada ou diminuída por iniciativa da própria Justiça.

INOVAÇÃO

Pela primeira vez um mutirão de conciliação no Fórum Clóvis Beviláqua contou com espaço para multas da Autarquia Municipal de Trânsito, Cidadania e Serviços Públicos de Fortaleza (AMC) serem negociadas. Foi na X Semana Nacional de Conciliação, que aconteceu de 23 a 27 de novembro. Não era necessário o interessado agendar audiência. Bastava chegar para ser atendido.

32 16.6000

O Telejuizca é um canal de diálogo do Judiciário cearense com qualquer pessoa que precise tirar dúvidas sobre processos, localizar magistrados e promotores, precise do endereço de órgãos, necessite de informações sobre plantões forenses etc. Tem sempre alguém a postos para atender.

TRAMITAÇÃO

Uma lei federal só passa a valer depois de ser analisada e votada tanto por deputados federais (Câmara Federal) quanto por senadores e sancionada pelo(a) presidente da República? E mais: se for proposta por um parlamentar, essa lei não pode ter impacto financeiro no Governo. Somente o Poder Executivo tem competência para apresentar ao Poder Legislativo mensagens com repercussão econômica no Orçamento da União.

PRESOS

Conselhos de comunidade podem acompanhar formalmente como o poder público trata quem está preso. Em Forquilha, cidade a 215 quilômetros de Fortaleza, o juiz Welton Favacho instituiu um grupo desta natureza para assegurar a obtenção de recursos (materiais e humanos) no intuito de garantir melhor assistência aos detentos do município.

NADA DE ALIENAÇÃO

Pai que coloca filho contra a mãe (e vice-versa) de forma proposital pode sofrer consequências graves. O nome disso é 'alienação parental' e tem legislação específica desde agosto de 2010. Essa prática fere o direito fundamental da criança/adolescente de ter uma convivência familiar saudável e constitui abuso moral contra ela/ele. Pode haver até inversão de guarda se a alienação for comprovada.

O lugar certo pra estudar



Aos poucos, mais e mais concurseiros e servidores do Judiciário descobrem a calma da Biblioteca do Palácio da Justiça como atrativo para terem horas tranquilas de estudo

Passar num concurso público e alcançar a estabilidade financeira está no livrinho de metas de muita gente. É o sonho da estudante de administração Ana Roberta Macedo. Ela quer passar no concurso do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Estuda pra isso há três meses. Vai à Biblioteca do Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no Cambé, por ser um lugar acolhedor e tranquilo para estudar.

O espaço foi descoberto por ela há mais de dois anos, quando Ana fazia estágio em um setor do Judiciário, no horário que não estava trabalhando e na faculdade, ela estudava no local. Ela destaca que sempre foi bem recebida. "Aqui eu me sinto como se estivesse em casa",

resume Ana Roberta.

A Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe foi inaugurado em 1996 e é vinculada à Escola Superior da Magistratura Cearense (Esmec). Tem um acervo de mais de 28 mil obras para consultas e empréstimos, uma sala de estudos tranquila e oferece computadores para pesquisas. Tudo isso aberto ao público. O lugar certo também para a bacharela em Direito Isabela Granjeiro.

Ela frequenta o espaço há cerca de seis meses. Escolheu o local por indicação de amigas que trabalham no Judiciário. "O espaço é muito bom. Atende bem



Ana Roberta estuda para o concurso do TRT

às expectativas e somos sempre muito bem acolhidos por todos os funcionários", sintetiza Isabela.

Para o analista judiciário Hernane Castro de Andrade, ter a biblioteca do TJCE como ponto de estudo foi importante na aprovação em mais de dez concursos. "A dedicação em sintonia com um ambiente adequado ajuda bastante", ensina. (Thylliana Costa)

NÚMEROS

28 mil obras
13.781 exemplares de livros
210 títulos de periódicos
14.441 fascículos
11.053 artigos indexados
538 obras raras
49 DVDs
17 monografias

QUEM FOI JAIME ARARIPE?

Nasceu em 26 de março de 1918, em Aurora, no Ceará. Formou em Direito em 1944 e foi aprovado no concurso para magistratura em 1949. Foi incluído na lista tríplice do TJCE pelo critério de merecimento. Na função de desembargador, assumiu a Presidência do Tribunal e a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza.

OFICINA PAIS E FILHOS Sobre aprender a ouvir e recomeçar



Pelo menos duas vezes por mês, casais são orientados no Fórum de Fortaleza sobre a melhor forma de enfrentar um processo de separação. É preciso cuidado, especialmente se crianças forem afetadas



Ana Carolina de Palhano
ana.pinto@tjce.jus.br



"Notei meu filho diferente. Ele agora percebe que a mãe e o pai dele estão tendo uma relação mais amigável. Ele está mais feliz, pergunta menos sobre nossa separação. Está conseguindo levar a situação de maneira mais tranquila."

Este é o depoimento de Daiane de Araújo, 23. Ela teve dois filhos com o ex-companheiro. O mais velho está com cinco anos e o caçula tem apenas um ano de idade. A jovem conta que antes de receber ajuda especializada no Fórum Clóvis Beviláqua a relação com o ex-parceiro era cheia de

conflitos. "Nós vivíamos discutindo. Isso afetava bastante as crianças. Elas não entendiam o porquê de a mãe não poder estar no mesmo local que o pai."

Tudo mudou em 16 de setembro de 2015. Eles foram convidados pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Fortaleza a comparecer à Oficina Pais e Filhos. O convite ocorre de maneira diferente. Não é feito por carta de intimação. As partes são contatadas por telefone, sendo destacada a necessidade de encontro com uma psicóloga para

receber orientações de como tratar conflitos de pensões alimentícias, guarda de filhos e divórcio.

Daiane conta como foi significativo participar do encontro. "A psicóloga me ensinou como responder às perguntas do meu filho. Ele ficava me indagando: por que vocês não estão mais juntos? Como será o Natal com os meus pais separados?"

Antes, ela não sabia como tratar a situação. "Nós passávamos por diversos conflitos. Agora nós temos uma convivência melhor". O ex-casal chegou a um acordo e hoje compartilha a guarda dos filhos.

PACIFICAÇÃO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO DA POSTURA DAS PARTES

Psicóloga responsável pelo treinamento das facilitadoras e coordena a execução dos trabalhos, Gleiciane Van Dam explica que o objetivo da oficina é mostrar aos pais que, com o divórcio, a família não acaba. Apenas se modifica. Deixa de ser uma relação conjugal para se tornar uma relação parental.

“O projeto mostra que o Judiciário está propondo uma

pacificação social, além do trâmite jurídico habitual de um processo, e promovendo uma reflexão perante os conflitos sociais e familiares, já que o centro da sociedade se dá através da família”, frisa a psicóloga.

A coordenadora adjunta do Cejusc, juíza Jovina D'ávila Bordoni, participou do projeto e classifica a iniciativa como um importante instrumento para

trabalhar a ruptura dos laços familiares. “As oficinas possuem o mérito de transformar a postura das partes nas contendas judiciais, eminentemente adversárias, advindas das disputas familiares, especialmente aquelas que tratam de divórcio, em reflexões e decisões onde prevaleçam os princípios orientadores de uma cultura de paz, em que a família venha a ser a grande beneficiada.”

18ª EDIÇÃO



Nas oficinas, crianças e adolescentes desenhavam como enxergam as famílias



Oficina Pais e Filhos é uma iniciativa do Cejusc do Fórum Clóvis Beviláqua, que tem como coordenadora a juíza Natália Almino Gondim. A primeira edição aconteceu em junho de 2014. O projeto se baseia no programa e material produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vem se destacando por ajudar a solucionar conflitos familiares em vários estados.

Atualmente, o treinamento está na 18ª edição e vem sendo oferecido, em média, duas vezes por mês. No encontro, os participantes são divididos em quatro salas: duas turmas mistas para os pais, com a observação de os casais ficarem em salas diferentes; uma sala destinada a crianças entre seis e 11 anos, e uma quarta sala só para

adolescentes de 12 a 17 anos.

Eles são atendidos por oito voluntários psicólogos, estudantes de psicologia e pedagogos. Todos buscam refletir sobre os sentimentos causados pelo divórcio e as atitudes que podem ser tomadas para diminuir o sofrimento nessa fase de transição.

Crianças e adolescentes se expressam em redações e desenhos. Depois, o material é apresentado aos pais, que passam a entender a raiva, a dor, a angústia e a tristeza que os filhos sentem e nem sempre conseguem expressar em palavras. Cartilhas são entregues aos participantes ao final das oficinas.

Além do Ceará, só mais quatro estados brasileiros realizam as oficinas Pais e Filhos: São Paulo,

Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O desempenho dos trabalhos aqui é tão bom que tem despertado o interesse de outros tribunais. Há episódios até de casais que desistiram da separação após as orientações no Fórum e hoje vivem felizes.

Segundo o supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargador Francisco Gladysson Pontes, representantes de outras cortes já procuraram o TJCE em busca de informações para implantarem o programa. “São ideias desse porte que nos animam. Mediação e conciliação resolvem conflitos e programas como esse fazem com que o acordo aconteça mais facilmente”, afirma.

COMO SE DÁ A ESCOLHA DOS PROCESSOS

Os magistrados das Varas de Família do Fórum encaminham os processos que acreditam que podem vir a ser solucionados de maneira mais amigável após as partes envolvidas participarem das oficinas.

O titular da 5ª Vara de Família, juiz José Lopes de Araújo Filho, encaminha mensalmente processos ao Centro Judiciário para os pais participarem das oficinas e receberem auxílio para enfrentar as consequências do divórcio.

Segundo o magistrado, a escolha dos casos é realizada dando prioridade aos processos em que há grande dificuldade das partes enfrentarem as mudanças advindas da separação. “As pessoas não são obrigadas a participar das oficinas. Eu vejo o Centro Judiciário como um auxiliar do juiz nos processos em que encontro grandes dificuldades para serem solucionados. Muitas vezes, uma decisão judicial não soluciona o conflito. As brigas e as discórdias entre os pais irão continuar”, esclarece o juiz.



Juiz José Lopes de Araújo

“Eu percebo que geralmente há algo que eles não querem revelar durante a audiência, mas que deve ser importante para a solução do litígio. Então eu convido, digo que a oficina é uma coisa boa, um local em que as partes podem se sentir mais livres por não estarem na presença de um juiz com as formalidades de uma audiência judicial. Além disso, é um lugar onde poderão conversar com psicólogos que têm toda uma técnica de solução desses conflitos”, acrescenta.

Depois que pais e filhos participam do projeto, o magistrado realiza novas audiências e sente-se as partes têm mais condições de dialogar. “Tem ajudado bastante, pois eu percebo que o que eles querem decidir é a convivência e não o próprio divórcio. Os pais têm que entender que não podem transferir para os filhos os seus próprios problemas”.

No Fórum

Camilla Carneiro
Jornalista

Camila.carneiro@tjce.jus.br

EMIÇÃO DE CERTIDÕES

As certidões cíveis e criminais agora são entregues em um prazo de duas horas. Antes, quem procurava o Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais do Fórum Clóvis Beviláqua tinha que aguardar o prazo de um dia útil para receber o documento. Para requerer as certidões, basta apresentar cópia legível de identificação com nome e filiação. No caso da certidão negativa de antecedentes criminais, a emissão pode ser feita também pela Internet, no site do TJCE. O endereço é www.tjce.jus.br.

SECRETARIAS JUDICIÁRIAS

Com o objetivo de atender demandas administrativas e deixar os magistrados focados na elaboração de despachos, decisões e sentenças, foram criadas secretarias judiciárias para atender as Varas de Família e as Varas de Execuções Penais de Fortaleza. A partir de março de 2016, a secretaria judiciária que atenderá as Varas do Júri deve também entrar em funcionamento.

O FÓRUM MAIS PRÓXIMO DA SOCIEDADE

Uma pesquisa de satisfação sobre o projeto “O Fórum mais Próximo da Sociedade”, da Seção de Capacitação (Secap) do Fórum Clóvis Beviláqua, revelou que 96,82% dos alunos participantes aprovaram a iniciativa. O resultado foi obtido a partir de 12 visitas realizadas neste ano. Em oito anos de existência, o projeto já beneficiou mais de 3.400 estudantes de ensino médio e graduação.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Uma medida simples e barata foi adotada nas dependências do Fórum para economizar água. Foi colocado, em cerca de 90 torneiras automáticas de banheiro, um pequeno anel de cano que impede que o botão acionador da torneira seja pressionado até o final, diminuindo o tempo e a intensidade do jato. Antes, um jato acionado demorava, em média, 24 segundos e derramava cerca de dois litros de água. Agora os números caíram para 4 segundos e 250ml.



MEIO AMBIENTE

O LEGADO SOCIOAMBIENTAL DA JUSTIÇA

Não é só o Governo que deve se preocupar com a natureza. O poder público como um todo tem esse dever. Por isso, o TJCE conta com uma comissão exclusiva para tratar do assunto. Como de alguma forma todos nós causamos danos ao meio ambiente, a gente aproveita e te dá dicas de como reduzir esse impacto fazendo coisas básicas na sua rotina. Confira



Mariana Galvão
mariana.henrique@tjce.jus.br

A Comissão de Responsabilidade Socioambiental do Judiciário cearense existe desde 2011. E promove uma série de ações educativas para alertar a sociedade e outras instituições sobre a necessidade de tratarmos bem a natureza. Uma delas é tocada pelo Grupo de Apoio às Ações do colegiado.

A equipe atua no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, e tem o objetivo de elaborar, assistir, propor, coordenar, implementar e divulgar atividades relacionadas ao contexto socioambiental. Todo mês, o grupo recolhe em torno de 150 quilos de plástico, papel e papelão e doa à Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia, uma entidade que trabalha com reciclagem.

Essa é uma parceria que vigora desde 2013 e já soma mais de 15 toneladas de material recolhidas. Só em 2015, de janeiro a novembro, foram mais de três toneladas de lixo encaminhadas para reaproveitamento.

No Palácio da Justiça, em Fortaleza, a Comissão recolheu quase 4,5 toneladas nos 11 primeiros meses de trabalho de 2015. Papelão, papel, ferro, alumínio e peças de carro foram entregues ao programa Ecoelce, iniciativa da Companhia Energética do Ceará (Coelce) que troca material reciclável por abatimentos na conta de energia.

Além disso, está em andamento a estruturação do Plano de Logística Sustentável (PLS). A medida

tem por objetivo minimizar os impactos ambientais das atividades do Judiciário, desde a aquisição dos insumos até a destinação final dos resíduos. Fará isso ao monitorar o uso da energia e da água e a destinação do lixo produzido pela Justiça.

É no PLS também onde são condensados dados, metas e acompanhamentos das taxas de redução do consumo de papel, copos descartáveis etc. Tudo é repassado ao Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

Para o presidente da Comissão, desembargador Carlos Alberto Mendes Forte, ainda há muito o que fazer. Ele adianta que há um calendário de ações de curto, médio e longo prazo. “Estamos fazendo planejamentos para desenvolver mais ações. Queremos agir da melhor forma possível e deixar todos satisfeitos com o nosso trabalho.”

PLANTIO

Aos poucos, os trabalhos da Comissão ganham destaque. A Praça da Justiça, em frente à Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmece), no bairro Edson Queiroz, em Fortaleza, recebeu, em junho de 2015, 150 mudas de plantas nativas. O plantio faz parte do programa de Sustentabilidade do entorno da entidade, agora cheia de jucás, ipês, jacarandás, mimosas e timbaúbas.

Para Carlos Alberto Mendes Forte, a ação foi um jeito simbólico

de o Judiciário se inserir nas comemorações do mês dedicado ao meio ambiente. “Esse foi um plano-piloto, mas outras unidades da Justiça estadual deverão também receber as mudas”, revela.

Outras ações voltadas ao manuseio do lixo, segurança e conscientização serão feitas a médio prazo. O desembargador destaca que a equipe está firmando parcerias com entidades públicas e privadas para promover palestras e oficinas, por exemplo.

Medidas também foram adotadas no Setor de Protocolo do TJCE, que trabalha hoje com o peticionamento eletrônico. Isso possibilita o envio de processos por meio digital diretamente ao distribuidor ou à vara competente. Para o servidor Alderilo Rodrigues, o peticionamento ajuda muito na produtividade. “Hoje produzimos mais, pois, além da economia do papel, não existe mais o montante acumulado de papel.”

Diretor da Divisão de Compras do TJCE, Renato Araújo informa que, após a criação do PLS, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental vai definir critérios para aquisição de produtos ecologicamente corretos. “A partir do PLS, serão implantadas medidas de logística reversa de materiais que são danosos ao meio ambiente, além de ações para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.”

A RESPONSABILIDADE É DE TODOS

Teclado, lona e papel são alguns dos materiais utilizados pela designer gráfica e responsável pelo projeto Mãos que Reciclam, Elane Lima. Ela usa os objetos como forma de ajudar o meio ambiente. "Separo todo o lixo. Transformo lonas de banners que seriam jogados fora em pastas de documentos. Reutilizo teclados de computadores para fazer porta-trecos. Separo o óleo de cozinha, uso sacolas, sacos e papel reciclados", ensina.

Elane também usa a responsabilidade socioambiental do projeto para informar a sociedade sobre a importância da sustentabilidade. "Uso muito a conscientização para debater questões socioambientais, buscando meios naturais de interação com as necessidades econômicas, contribuindo para que a sociedade se desenvolva em harmonia, transformando problemas em soluções sustentáveis e criativas", explica.

Para o especialista em análise ambiental e doutor em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP), Jader de Oliveira, cumprir a legislação é a maneira mais fácil e prática de preservar a natureza. "A melhor forma de preservação se dá mediante a prevenção e conservação. A rigor, o simples cumprimento da legislação já seria um grande passo, visto que a legislação brasileira é bastante avançada no trato da questão ambiental e o problema reside no não cumprimento da mesma", informa.

Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) Tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) Responsabiliza administrativa, civil e penalmente pessoas jurídicas nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

1 DESLOCAMENTO ECONÔMICO

Ao invés de ir de carro sozinho para o trabalho, procure com quem compartilhar carona. Num dia, vocês vão no seu carro. No seguinte, vão no carro do outro. Assim, todos reduzem o gasto com combustível e diminuem a emissão de CO2 pra atmosfera.

MATERIAL DE ESCRITÓRIO 2

Separe o lixo que você produz. Se possível, faça coleta seletiva. O papel usado pode ir pra reciclagem ou ser reaproveitado como borrão. Evite materiais não-recicláveis como papel-carbono, papel plastificado e fitas adesivas.

3 ADOTE UM COPO

Não use copos descartáveis. Leve sua caneca, squeeze ou o que preferir pra armazenar água. Se não for reciclado, um inofensivo copo de plástico demora até 250 anos pra se decompor.

ACÚMULO DE PAPEL 4

Nem tudo precisa ser impresso. Tente resolver o máximo de demandas pelo computador. Pague contas pelo celular. Quando for usar a impressora, utilize os dois lados da folha.

5 TECNOLOGIA A FAVOR

Tente fazer reuniões por videoconferência. Você economiza tempo de deslocamento, gasto com combustível, doses de paciência no trânsito e polui menos o meio ambiente.

COMPUTADOR 6

Desligue o monitor quando se afastar do computador. Ele é responsável por 70% do consumo de energia da máquina.

7 TOMADA DESLIGADA

Apague a luz ao deixar um cômodo. Evite ligar lâmpadas durante o dia. Dá pra fazer muita coisa só com a luz solar.

ATENÇÃO PRA ÁGUA 8

Preocupe-se também com a economia de água. Muita gente no mundo sequer tem acesso a ela. Se você tem, use de forma consciente. O Ceará passa por um momento delicado de escassez hídrica. Já são cinco anos de seca.

PARA DAR FÔLEGO AO SISTEMA PRISIONAL



Rodrigo Barros
Especial para o Judiciário em Revista
rodrigo.barros@tjce.jus.br

Aos 24 anos, o jovem já era conhecido da Polícia. Havia sido preso duas vezes. Sempre pela prática de roubo. Só que o terceiro delito recebeu tratamento diferente. Ele foi encaminhado ao Fórum Clóvis Beviláqua para participar de um novo jeito de conduzir processos de pegos em flagrante. É a chamada audiência de custódia, quando o preso entra em contato com um juiz no menor tempo possível e cuja promessa é desafogar as prisões cearenses, hoje com cerca de 17 mil pessoas.

Desde que foi criada, em

21 de agosto deste ano, até 11 de janeiro, a Vara Única de Audiências de Custódia de Fortaleza realizou 2.194 audiências. A proposta foi idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e anexada ao Pacto pelo Ceará Pacífico, uma tarefa para reduzir a criminalidade.

Com as audiências de custódia, a expectativa é de casos como o do jovem morador de rua serem encaminhados a um juiz em até cinco dias. "Anteriormente, o magistrado decidia sobre a soltura do preso sem ouvi-lo. Fazia apenas com base nas informações trazidas

no auto da prisão, uma vez que o interrogatório, que era o primeiro contato dele com o detento, ocorria ao final da instrução criminal, o que demorava, em média, de seis meses a um ano", compara a titular da Vara Única, juíza Marlúcia Bezerra.

No caso do jovem morador de rua, a audiência aconteceu em 24 horas. Ele teve a prisão decretada. Vai aguardar o julgamento em regime fechado. Além da rapidez na definição da situação dos autuados, a Vara também foi criada para evitar casos de tortura e coerção para a confissão de crimes.

MEDIDAS CAUTELARES

Após ouvir o réu, o juiz decide se ele vai ter prisão preventiva decretada, se será solto (por ser considerado de baixo potencial ofensivo) ou se será submetido a medidas cautelares. Foi o que aconteceu com uma jovem de 19 anos presa em flagrante em outubro por ser cúmplice do roubo de um carro.

Como pena, ela deverá comparecer uma vez ao mês ao Fórum para informar e justificar suas atividades. Também foi proibida de frequentar festas, bares e locais onde sejam comercializadas bebidas alcoólicas para pronto consumo. Além disso, nos dias úteis, deverá ficar em casa das 20 horas às 6 horas. Nos feriados e fins de semana, está proibida de sair. Todas essas medidas serão controladas por uma tornozeleira eletrônica.

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), a desembargadora Iracema Vale classifica a instalação da Vara no Fórum de Fortaleza como um compromisso de gestão. O espaço conta com quatro celas e 11 salas. "Nos preocupamos com os mínimos detalhes, desde as instalações físicas até a escolha de um juiz comprometido com a ideia do projeto", diz a magistrada.

O presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, elogia a mobilização do TJCE e a boa relação com o Executivo no Ceará. "Isso prenuncia êxito da iniciativa aqui. Essa é uma iniciativa importante do ponto de vista civilizatório. É um salto humanístico muito importante que estamos dando porque amplia a chance daqueles que cometeram pequenos delitos de serem reintegrados à sociedade."

Ele explica que presos de menor potencial ofensivo não precisam ficar encarcerados. Podem cumprir medidas cautelares. "Isso significa deixá-los em liberdade mediante condições. Assim, ampliaremos a capacidade dos cárceres, que devem ser para quem realmente oferece perigo à sociedade."

A Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania (Sejus) é responsável pelos detentos. A expectativa da pasta é de as audiências de custódia esvaziarem as delegacias até fevereiro de 2016 para o sistema penitenciário começar a desinchar.

Só nas delegacias existem aproximadamente 900 presos. "É o primeiro passo para resolver o problema da superlotação do sistema penitenciário. Há pessoas que não deveriam estar presas. A prisão é necessária para determinados casos, mas não deve ser regra", acredita o secretário Hélio Leitão.



"Quatro juízes se revezam no Fórum Clóvis Beviláqua. Vamos continuar estudando a necessidade de trabalharmos até nos finais de semana."

Marlúcia Bezerra
Juíza titular da Vara Única de Audiências de Custódia de Fortaleza

MAIORIA DOS AUTUADOS É HOMEM E FOI PRESA

De 21 de agosto a 11 de janeiro, 56,7% dos autuados levados à Vara Única de Audiências de Custódia (1.244 pessoas) tiveram prisão preventiva decretada. Os que foram soltos chegam a 43,2% (950 pessoas). Homens foram 89% dos levados a audiências.

Para o defensor público Carlos Nikolai Araújo Honcy, o trabalho da Vara de Custódia é uma questão histórica de justiça social. “A Vara Única de Custódia está vindo para resgatar um débito que o Estado brasileiro tem para com aquelas pessoas que estão custodiadas, e isso já dura mais de 20 anos. Todo autuado tem o direito de ser levado ao juiz no menor espaço de tempo possível”.



A primeira audiência de custódia do Ceará aconteceu no dia 21 de agosto deste ano, no Palácio da Justiça

Mesmo com pouco tempo de atividade, a juíza Marlúcia Bezerra está satisfeita com o desempenho da unidade. “Apesar dos percalços que estamos superando, atualmente, nosso maior desafio consiste

na redução do tempo entre a prisão em flagrante e a efetiva realização da audiência de custódia. Avalio positivamente o trabalho desenvolvido, uma vez que o objetivo proposto está sendo alcançado”, disse.

DEPOIMENTOS



“O primeiro contato entre o preso e o juiz não pode demorar. Isso abriria espaço para casos de abusos e ilegalidade ocorrerem e causarem graves prejuízos ao cidadão, atingindo sua liberdade, dignidade e integridade física.”

Desa. Adelaine Viana
coordenadora do grupo
que implementou o
programa no Ceará



“As audiências de custódia procuram resolver o problema do encarceramento ilegal de pessoas que podem responder em liberdade.”

Graça Quental
Juíza membro do grupo
que implementou o
programa no Ceará



“O projeto é tardio, mas extraordinário salto civilizatório. É o primeiro passo para resolver efetivamente o problema da superlotação do sistema penitenciário. Há uma leva de pessoas que não deveria estar hoje encarcerada. A prisão é necessária para determinados casos.”

Hélio Leitão
Secretário da Justiça e
Cidadania



“A prisão provisória é uma exceção e só deve ser realizada quando realmente necessária.”

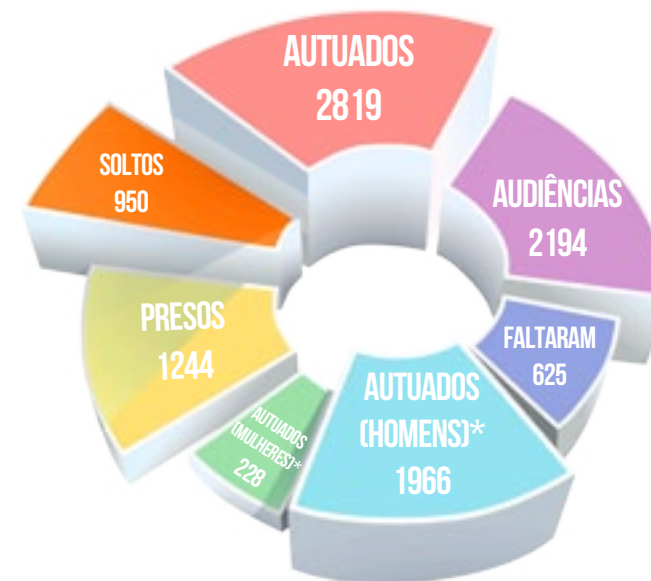
Cléber de Castro
Juiz auxiliar da
Presidência do TJCE



“Se você pegar o custo de um preso e o de um aluno, um aluno não dá nem R\$ 3 mil por ano. Já um preso custa R\$ 3 mil por mês. O custo desse programa, em relação ao benefício que vai causar, é muito pequeno.”

Camilo Santana
Governador do Ceará

ESTATÍSTICAS DO PROGRAMA



*SOMENTE HOMENS E MULHERES LEVADOS A AUDIÊNCIAS, E NÃO O TOTAL DE AUTUADOS

NÚMEROS

R\$ 3 MIL é o gasto mensal do poder público com um único preso

R\$ 4,3 BILHÕES é a estimativa de economia nacional decorrente da soltura de presos de menor potencial ofensivo

SAIBA MAIS

O programa “Audiência de Custódia” fará com que o tempo de espera dos presos para apresentação a um juiz caia de (no mínimo) dois meses para, no máximo, cinco dias.

A Defensoria Pública do Estado terá sempre dois defensores na Vara de Audiência de Custódia. Quarenta defensores atuarão em sistema de revezamento para isso ser possível.

Media Training

Priscila Teixeira
Jornalista

priscila.teixeira@tjce.jus.br



O Tribunal de Justiça do Ceará tem se tornado uma poderosa fonte de informação para os veículos de comunicação. A Justiça é notícia o tempo todo. E a população é consumidora de decisões judiciais o tempo todo, sejam elas sentenças, liminares, mandados de segurança etc. Com este cenário, prevalece - perante a opinião pública - a mensagem de quem sabe se comunicar de forma correta e eficiente.

PORTA-VOZ

Definir um porta-voz hierarquizando os assuntos é a melhor forma de passar a mensagem da instituição. Temas ligados à gestão e/ou à instituição devem ser demandas exclusivamente da Presidência/Direção. Assuntos mais setoriais devem ser respondidos por demais representantes, sempre observando a questão hierárquica.

FALAR/CALAR

Quatro questões devem ser levadas em consideração na hora de decidir entre falar com a imprensa ou calar: estamos aptos para atender às expectativas do jornalista que está fazendo a pauta?; sabemos quais são as necessidades do jornalista?; dispomos das informações necessárias?; e as informações podem ser divulgadas neste momento?

FISCALIZAÇÃO

Jamais solicite a leitura do texto produzido por um jornalista antes da veiculação da reportagem. O jornalista pode entender esse gesto como algum tipo de fiscalização ou censura. A regra não vale para publicações especializadas em que as informações são técnicas e o próprio jornalista pode solicitar a revisão do texto à fonte.

TECNOLOGIA

A relação entre fonte e jornalista tem passado por mudanças nos últimos tempos, sobretudo de ordem tecnológica. Uma delas é a frequente utilização de telefone para realização de entrevistas, seja via voz ou via mensagens instantâneas. Neste caso, exige-se maior objetividade para evitar qualquer ruído de informação.

INTERNO

Tão importante quanto manter boa relação com os veículos de comunicação é a Instituição manter um canal de diálogo transparente e objetivo com o seu público interno. Quanto mais informações oficiais receber, os funcionários terão mais subsídios para desmistificar boatos e percepções equivocadas.

Três formas de fazer alguém feliz

De forma afetiva, financeira ou oferecendo algum serviço. Sempre é possível melhorar a vida de uma criança acolhida em abrigos



Nem só por adoção agora esperam as crianças e os adolescentes acolhidos em abrigos no Ceará. Eles podem também ser apadrinhados por quem deseja lhes ajudar na construção de um futuro melhor, seja de forma afetiva, financeira ou oferecendo algum tipo de serviço à instituição onde vivem.

Essa possibilidade existe por causa de uma resolução aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça em agosto de 2015. Nela, o apadrinhamento de

crianças e adolescentes protegidos nessas unidades é regulamentado no Estado. A proposta partiu da Comissão Judiciária de Adoção Internacional do TJCE, a Cejai, colegiado presidido pela desembargadora Lisete Gadelha.

Segundo ela, instituir essas três formas de apadrinhamento é uma forma de proporcionar aos jovens abrigados a oportunidade de viver como cidadãos conscientes. Isso porque eles estão nas unidades de acolhimento após (quase sempre) terem vivido situações de violência e abandono em casa. Ficam nesses locais enquanto aguardam o retorno à família biológica, após acompanhamento e avaliação de pais/responsáveis/parentes, ou a ida para um novo lar, quando não há possibilidade de o vínculo familiar ser mantido.

O Brasil já tem tribunais onde esses apadrinhamentos existem. No Nordeste, porém, o TJCE foi o primeiro a dispor de

algo assim. “Esse é um programa que surgiu para não deixar no ostracismo aquele ser que merece ter preservada a sua dignidade humana”, destaca Lisete Gadelha. Cada tipo de apadrinhamento tem critérios específicos. O afetivo, por exemplo, é voltado para acolhidos há muito tempo e com poucas chances de adoção. É o caso de crianças/adolescentes mais velhos, em grupos de irmãos e/ou com graves problemas de saúde. Para serem apadrinhados, os jovens precisam estar destituídos do poder familiar ou ter parentes desconhecidos.

Trata-se de uma modalidade criada para incentivar e manter vínculos afetivos. Para ampliar oportunidades de convivência comunitária. Assim, o padrinho pode visitar a criança/adolescente, levar pra passear ou passar o fim de semana ou até mesmo as férias escolares por um período de até sete dias.



Desembargadora Lisete Gadelha

CUIDADO COM O TRÁFICO

Isso não significa, entretanto, que ele tenha prioridade para adotar formalmente o jovem. Mesmo sendo padrinho afetivo, o voluntário deve inscrever-se no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e cumprir os estágios estabelecidos em lei. “Nós temos que evitar o tráfico de pessoas, a pedofilia, a sociopatia... Podem aparecer pretendentes para, socialmente, se mostrar como bom caráter e, dentro de quatro paredes, serem algozes. Isso nós temos que evitar”, explica a desembargadora.

Já os apadrinhamentos financeiro e por prestação de serviço podem acontecer independente de idade, quadro clínico e quantidade de irmãos. Eles possibilitam o acesso do jovem a oportunidades melhores, pois podem resultar em qualificações e inserções

no mercado de trabalho. Algo fundamental para quem teve pouca chance de estudo e capacitações por conta dos problemas familiares.

O padrinho financeiro precisa declarar que tem condições para apoiar o apadrinhado. Ele poderá pagar estudos e atividades extracurriculares, eventuais tratamentos médicos e odontológicos ou outros ligados a saúde física e mental do acolhido. Também pode prover roupas, livros, brinquedos e outros bens que contribuam para a educação e formação pessoal.

Lisete Gadelha destaca um aspecto importante desta modalidade. “O padrinho financeiro não tem compromisso afetivo com apadrinhado. O apadrinhado não conhece o padrinho, não desenvolve o afeto de saber que

aquela pessoa efetivamente se preocupa. E o padrinho não acompanha o estudo e a evolução pessoal do apadrinhado. Ele não é um orientador, não transfere conhecimentos.”

No tocante à prestação de serviço, a desembargadora informa, “o voluntário dá chance ao acolhido de ter acesso a um serviço de qualidade, a um atendimento periódico de saúde, de terapia e também acesso à Justiça. Já as empresas podem pagar o aluguel das unidades; podem melhorar as instalações daquela casa; podem fazer doações de uma área de lazer condizente com a idade dos acolhidos; e podem, inclusive, fazer doações aos familiares, oportunizando o retorno da criança ou adolescente à família.” (Bruno de Castro e Rebeca Noleto)

AS FORMAS DE APADRINHAMENTO

AFETIVO

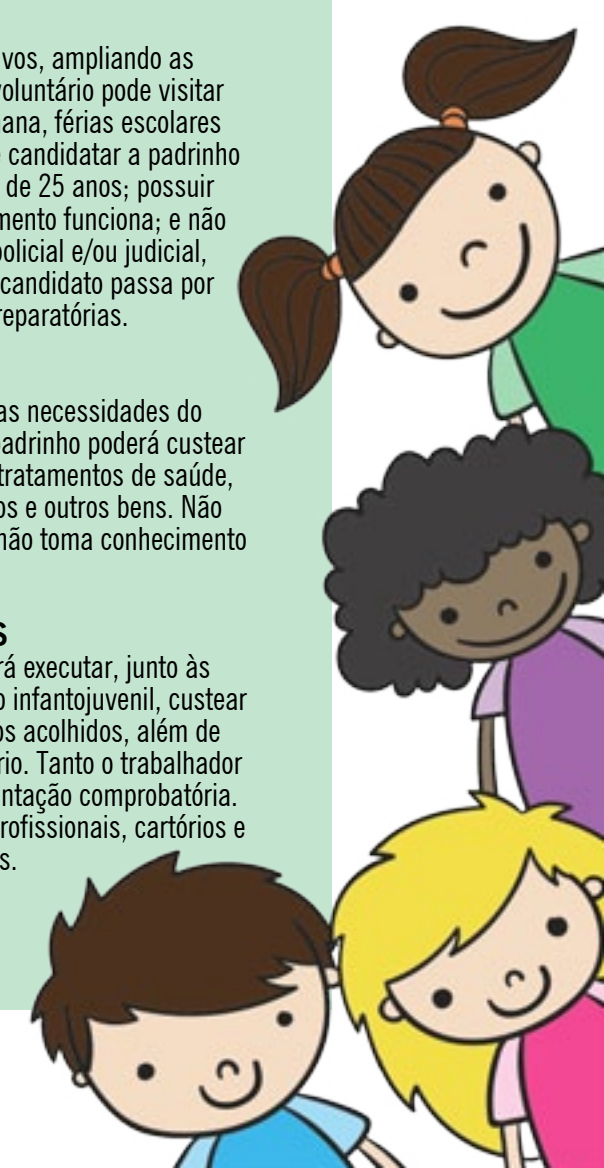
Criado para incentivar a manutenção de vínculos afetivos, ampliando as oportunidades de convivência familiar e comunitária. O voluntário pode visitar o apadrinhado, levá-lo para passear, passar fins de semana, férias escolares (por período não superior a sete dias) etc. Quem deseja se candidatar a padrinho afetivo deve preencher os seguintes quesitos: ser maior de 25 anos; possuir residência fixa na cidade onde o programa de apadrinhamento funciona; e não responder a nenhum procedimento criminal na esfera policial e/ou judicial, especialmente envolvendo crianças ou adolescentes. O candidato passa por avaliação psicossocial e participa de oficinas preparatórias.

FINANCEIRO

Consiste em contribuir economicamente para atender as necessidades do acolhido, sem criar necessariamente vínculos afetivos. O padrinho poderá custear os estudos do apadrinhado, atividades extracurriculares, tratamentos de saúde, além de poder presentear o jovem com livros, vestimentos e outros bens. Não existe contato entre apadrinhado e padrinho, que também não toma conhecimento da evolução do jovem.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

É feito por trabalhador autônomo ou empresa que poderá executar, junto às instituições de acolhimento, cursos direcionados ao público infantojuvenil, custear atividades diversas que garantam acesso à dignidade dos acolhidos, além de colaborar com serviços inerentes às atividades do voluntário. Tanto o trabalhador autônomo quanto as empresas devem apresentar documentação comprobatória. Também podem tornar-se padrinhos conselhos regionais profissionais, cartórios e outras entidades públicas ou privadas.



ESPECIALIZAÇÃO > VARA ADOÇÕES EM 2015 SUPERAM ANOS ANTERIORES

Dois mil e quinze foi um ano de muito trabalho para o Juizado da Infância e da Juventude de Fortaleza. De janeiro a novembro do ano passado, 37 adoções aconteceram. Foram 17 em 2014. Um aumento de 117%. O crescimento é ainda maior quando comparado com 2013. Naquele ano, 14 adoções se concretizaram. Ou seja: 164% de avanço.

Além das 37 adoções de 2015, outras 37 estão em

andamento. Isso significa que 2015 termina com um número recorde de crianças e adolescentes em novas famílias.

De acordo com a chefe do Setor de Cadastro de Adotantes e Adotandos do Juizado, Gabriella Costa, o índice resulta da especialização da 3ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, ocorrida em junho de 2014. Desde então, a unidade passou a ser responsável pelo julgamento somente de processos cíveis,

como pedidos de guarda e tutela, ações de destituição do poder familiar e requerimentos de adoção.

Antes, todas as varas priorizavam julgamentos de atos infracionais cometidos com violência ou grave ameaça, uma vez que a criança/adolescente não pode ficar mais de 45 dias internado provisoriamente. “Apesar de as adoções e as destituições de poder familiar terem prazo estipulado em lei, acabavam demorando muito mais. Os processos de adoção hoje tramitam dentro do prazo legal”, ressaltava Gabriella Costa.

A especialização da Vara mudou também o perfil das crianças adotadas. Isso porque a rapidez fez com que os jovens sejam destituídos e disponibilizados para adoção com menor idade, a partir de um ano de vida. Antes disso, a maioria tinha entre três ou quatro anos de idade. “Pretendentes que esperavam há muito tempo, porque queriam um perfil de idade menor, estão sendo convocados”, observa a chefe do Setor de Cadastro. (Ana Carolina de Palhano)



NÚMEROS

Crianças disponíveis para adoção: 31, sendo 12 com problemas de saúde (ex: paralisia cerebral, microcefalia, etc) e havendo grupos de irmãos

Adolescentes disponíveis para adoção: 31, sendo 10 com problemas de saúde (ex: paralisia cerebral, deficiência física/visual, alterações de comportamento, etc) e havendo grupos de irmãos

Crianças e adolescentes disponíveis para adoção, mas sendo visitados por pretendentes: um adolescente e 23 crianças

Pretendentes habilitados: 171



Muita coisa aconteceu na Esmec em 2015. Tem até um curso de mestrado em parceria com uma das mais respeitadas universidades do Ceará! E vem muito mais por aí



Ulysses Sousa
ulysses.sousa@tjce.jus.br

A Escola Superior da Magistratura Cearense (Esmec) ampliou seu campo de atuação em 2015. Em agosto, a presidente do Tribunal e Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Iracema Vale, assinou convênio de cooperação técnica e financeira com a Universidade Estadual do Ceará (Uece) para a realização do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas e Gestão.

Trata-se do primeiro curso de mestrado da Esmec. O diretor da entidade, desembargador Paulo Ponte, explica que a capacitação terá como finalidade formar magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos no gerenciamento de departamentos ou de suas próprias instituições. “Eles precisam de elementos para administrar melhor. E essa qualificação irá dotar esses profissionais de mais condições de aplicar melhor o Direito e gerenciar a entidade da qual fazem parte.”

Já em setembro, o Polo de Aprendizagem da Esmec foi implantado em Iguatu, município distante 384 quilômetros de Fortaleza. O juiz Ricardo Alexandre da Silva Costa foi designado para coordenar a unidade. Com o funcionamento do Polo, será possível ampliar a interiorização das ações da escola, reproduzindo em Iguatu os cursos oferecidos em Fortaleza.

O Polo de Aprendizagem beneficiará juízes e servidores da 2ª Zona Judiciária, que inclui as cidades de Acopiara, Aiubá, Baixo, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Pambu, Quixelô, Saboeiro, Umari e Várzea Alegre. Além de Iguatu, a Esmec possui polos de Aprendizagem em Crato (já instalado), Sobral e Crateús.

Ao longo de 2015, a Escola promoveu uma série de atividades com intuito de desenvolver sempre a aprendizagem e o debate em prol do Judiciário. Nesse período,

a Esmec sediou palestras, debates sobre o novo Código de Processo Civil (CPC), aulas temáticas, congressos de variados temas e cursos de especialização, direitos humanos, infância e juventude, e de formação para juízes leigos.

A entidade conseguiu ainda desenvolver, junto com a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do TJCE, a Sesmec. Essa ferramenta irá facilitar a gestão acadêmica dos cursos oferecidos pela Escola, permitindo o melhor desenvolvimento dos processos de trabalhos relacionados ao controle acadêmico e de Secretaria da instituição, além de proporcionar redução do uso de papel e aumento da interação com alunos e professores.

Na opinião do coordenador da Esmec, juiz Aluísio Gurgel, “o Sesmec é um grande passo para a modernização dos serviços”. Ele adianta que “novas ideias envolvendo o uso de tecnologia da informação estão sendo pensadas.”

Os três andares mais antigos do Ceará

Além de um prédio bonito localizado no Centro de Fortaleza, o Sobrado Dr. José Lourenço é um local de grande importância histórica e arquitetônica que acompanhou grandes transformações urbanas da capital cearense



Thyliana Costa
thyliana.costa@tjce.jus.br

Fica no Centro de Fortaleza a primeira edificação de três andares do Ceará. Ela data da segunda metade do século XIX e já foi de um tudo: residência, consultório, fábrica de sombrinhas, repartição pública, marcenaria... Hoje, o Sobrado Dr. José Lourenço abriga um espaço de cultura e arte aberto a quem quer conhecer mais de histórias e História.

Antes posse do Grande Moinho Cearense S/A, o equipamento foi desapropriado em 2003 e tombado pelo Governo do Ceará como Patrimônio Cultural e Arquitetônico no ano seguinte. Virou lugar para exposições, biblioteca, auditório e café num dos bairros mais importantes e de maior movimento da capital cearense. Estima-se que cerca de 80 mil pessoas passem pelo Centro todo dia.

Turista de Imperatriz, no Maranhão, Nathália Costa considera o espaço um ambiente agradável e rico para o acervo de patrimônios cearenses. "Fiquei surpresa. Estava andando pelo Centro e me deparei com um sobrado encantador e que me proporcionou um grande aprendizado cultural", resume.

A Secretaria da Cultura do Estado (Secult) qualifica o Sobrado como "de uma riqueza única,

sensível aos visitantes que se encantam ao atravessar a soleira da porta". O secretário Guilherme Sampaio diz que o lugar "se consolidou como um espaço de referência para as artes plásticas contemporâneas e, ao mesmo tempo, guardião da memória."

Coordenadora da espaço, Natália Maranhão comenta que se pretende "fazer uma formação de público, principalmente as pessoas que trabalham no Centro, para que se torne um hábito visitar o Sobrado". Além disso, a ideia é fortalecer as artes e integrar artistas nacionais e internacionais em torno do equipamento.

O artista autodidata Franklin Stein trabalha desde de 2005 com artes visuais e produção cultural em Fortaleza. Ele conta que a possibilidade de expor no

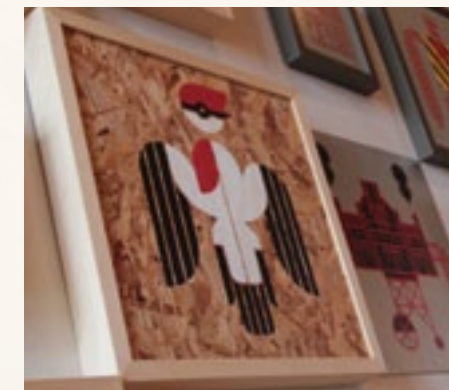
Sobrado surgiu em 2014, por meio de edital. "A ideia da exposição 'Versus', que é destinada ao público infantojuvenil, surgiu há cerca de três anos, quando eu percebi que havia pouca produção em artes visuais destinada a esse segmento que era tão próximo a mim", destaca.

A exposição narra o confronto entre monstros e robôs. Trata-se de uma metáfora sobre o dual natureza/desenvolvimento e a busca por um caminho mais sustentável. Franklin já realizou outras exposições no Sobrado e diz que pretende aumentar a parceria. "É um local encantador, perto de ícones como o Passeio Público e a Catedral, e com um fluxo enorme de fortalezenses e turistas", aponta o artista.

O Sobrado Dr. José Lourenço oferece aos visitantes

um auditório para 35 pessoas e uma biblioteca com um acervo de livros de arte, infantis, de obras que contam a história do Ceará e sobre urbanização. Também oferece contação de história. Além disso, possui o programa de Ação Educativa que atende crianças e adolescentes de escolas públicas e particulares, e recebe grupos de Organizações não Governamentais (ONGs).

O espaço é adaptado para pessoas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Há elevador para pessoas com deficiência em todos os andares e um trabalho específico para cegos, que podem sentir as obras por meio do tato. E para surdos sem intérprete, a Secult disponibiliza um profissional para acolhimento.



RESGATE DA ORIGEM

Entre 2005 e 2006, o Sobrado passou por um processo de restauração com o auxílio dos alunos da Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho. Depois dos trabalhos, o espaço virou um Museu de Antropologia.

Foram preservados detalhes originais como azulejos, rosáceas, florões, piso de madeira e corrimãos. As cores que hoje compõem a fachada do Sobrado foram escolhidas

com base num estudo sobre a coloração que possuía na época de sua construção. Os tons mais próximos foram o azul, o branco e o amarelo bem claro.

O Sobrado apresenta uma linguagem arquitetônica neoclássica, além de detalhes como as janelas de rasgo e de peito envoltas em arcos plenos nos segundo e terceiro pavimentos, respectivamente; e frontão triangular da fachada principal.



PROGRAMAÇÃO É PERMANENTE

Aberto de segunda a sábado e com entrada franca, o Sobrado Dr. José Lourenço oferece, além de exposições artísticas, uma ótima troca de experiência entre artistas, pesquisadores, críticos de arte e gestores culturais com o público em geral. O evento é conhecido como “Café do Zé” e acontece um sábado ao mês.

O evento já recebeu debates com diversos temas, como “Artes, história e memória na obra do pintor Maciej Babinski”, com o pintor Pedro Alvim; “Poética do Conhecimento”, com Tarcísio Pequeno; e “Abolição e Decadência Fluminense”, com o arquiteto e urbanista Alex Nicolaëff.

Para a coordenadora do espaço, Natália Maranhão, “esse é o momento em que as pessoas de fora se aproximam desse mercado artístico”. O espaço também promove oficinas, lançamentos de revista e documentários e seminários, todos voltados para arte e educação.



SERVIÇO

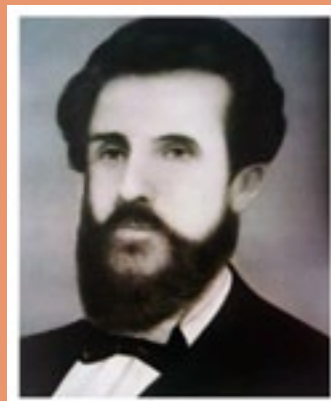
Sobrado Dr. José Lourenço
Onde: rua Major Facundo, nº 154, no Centro, em Fortaleza.
Funciona: de segunda-feira a sábado; a entrada franca
Telefone: (85) 3101.8826 ou 3101.8827
Site: www.sobradodrjoselourenco.blogspot.com
E-mail: sobrado.3107@gmail.com

QUEM FOI JOSÉ LOURENÇO DE CASTRO SILVA?

Foi o primeiro proprietário do sobrado da rua da Palma. Nasceu em 3 de agosto de 1808, em Aracati, município distante 150 quilômetros de Fortaleza. Formou-se médico sanitário no Rio de Janeiro e utilizou a casa como consultório e residência.

Casou-se em 1836 com Maria Amália de Brito e Castro, com quem teve nove filhos. Tornou-se deputado da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará nos períodos de 1838-1839, 1840-1841 e 1846-1847.

Em 1871, José Lourenço foi agraciado com o título de comendador da Imperial Ordem de Cristo por serviços prestados e por ter sido diretor da instituição pública. Morreu em 1874.



CURIOSIDADES

- Existe uma pintura de uma mulher no primeiro andar do Sobrado que não se sabe quem é. Sabe-se apenas que o artista foi Santos Dumont. Há relatos de que ela pode ter sido pintada no tempo dos bordéis. Mas também existem registros em jornais da época de que as moças vestiam-se assim no período de carnaval.

- O Sobrado também já foi bordel. Algumas mulheres que trabalhavam nos bordéis e clientes ainda visitam o espaço.

- Ainda existem parentes distantes do médico José Lourenço que vivem em Fortaleza e no estado da Paraíba.



SUGESTÃO CULTURAL



ESPAÇO

**Raísa Porto da
Maia e Costa**
Funcionária da Secretaria
Judiciária do TJCE



EXPOSIÇÃO

João Franklin
Técnico Judiciário do
Memorial do TJCE



LIVRO

Clarissa Nobre
Analista Judiciário
Coordenadoria Estadual da
Mulher do TJCE



FILME

**Karoline Oliveira
Cunha**
Funcionária do Departamento
Editorial e Gráfico do TJCE

O Passeio Público fica no Centro de Fortaleza. É a praça mais antiga e arborizada da cidade. Para Raísa Porto, o lugar “é uma ótima opção no domingo para almoçar com as crianças e desfrutar de uma bela paisagem. Tem muito espaço para correr, andar de bicicleta, fazer um piquenique...”

O museu tem um acervo de aproximadamente 2.500 exemplares de brinquedos, jogos e materiais lúdicos. Ele funciona na Casa José de Alencar, localizado em Messejana, em Fortaleza. A entrada é gratuita. Para o servidor, “o lugar é muito interessante para levar as crianças para se divertir.”

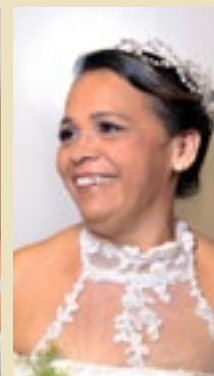
“É uma seleção de crônicas em que Clarice divaga sobre temas variados, sempre com a sensibilidade que lhe é característica. O ser, o sentido da vida e o inconsciente estão presentes em cada leitura. Levam o leitor a um encontro com seus sentimentos mais profundos, com sua essência.”

O filme conta a história do treinador de futebol americano Grant Taylor. Depois de várias coisas ruins que acontecem na vida dele, ele descobre que é a razão de sua esposa não poder engravidar. Para resolver os problemas, decide treinar para louvar a Deus depois de cada partida. “É uma história maravilhosa”, destaca.

O 'SIM', ENFIM



Para muita gente, a noite de uma sexta-feira, 13, é cheia de superstição. Para 17 casais da Comunidade do Dendê, em Fortaleza, porém, a sexta-feira, 13, de novembro último foi preenchida com amor. Eles selaram a união numa cerimônia de casamento coletivo realizada na sede da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec). E essa história a gente conta na sequência de cliques do fotógrafo Calvin Penna



A “DESPEDIDA” DE UM EXÍMIO JULGADOR



Há 14 anos na magistratura cearense, Cléber de Castro e Cruz se despede do posto de juiz auxiliar da Presidência do TJCE. Ele deixa para a cúpula do Tribunal um legado de presteza por ser um exímio julgador e administrador

“A Justiça tem uma demanda muito grande. Por isso, o juiz não pode se limitar a ser apenas um simples julgador. Ele precisa ir além”. A declaração de Cléber de Castro sintetiza bem o que foram os seis anos de atuação dele como juiz auxiliar do Judiciário cearense, cinco dos quais ao lado da desembargadora Iracema Vale, hoje presidente do TJCE.

Na concorrência pela titularidade da 16ª Vara de Família de Fortaleza pelo critério de antiguidade, ele iniciou a trajetória como magistrado em 2001. À época, tornou-se titular da Comarca de Caridade. Depois disso, ficou à frente das unidades de Paramoti, Monsenhor Tabosa, Itatira e Quixadá, e também atuou em Pacoti, Canindé, Tamboril e Nova Russas.

De 2002 a 2006, Cléber de Castro presidiu três eleições no Interior cearense. “Sempre me dediquei com presteza. Jamais sofri punição ou mesmo respondi a processo administrativo disciplinar, preocupando-me não apenas com a celeridade dos feitos sob a minha responsabilidade como também com a qualidade do trabalho a mim confiado”, orgulha-se.

Em março de 2010, Cléber de Castro foi convocado para a função de juiz auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral do Ceará, sob o comando do desembargador Ademir Mendes

Bezerra. Concluída a gestão, ele permaneceu no cargo por indicação da desembargadora Iracema Vale. Acabou tendo o reconhecimento unânime dos membros do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e foi honrado com a medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Faustino de Albuquerque, a maior comenda da Justiça Eleitoral cearense.

Em fevereiro de 2015, Cléber foi convidado a auxiliar Iracema Vale na Presidência do TJCE. O magistrado destaca o período como de crescimento profissional e pessoal. “Foi uma experiência extraordinária. Aprendi muito sobre liderança e gestão”, resume.

A recíproca é verdadeira. Iracema Vale diz ter sido gratificante contar com um profissional da qualidade de Cléber na Presidência. “Ele é um magistrado atuante, responsável e experiente. Foi um excelente conselheiro. Tê-lo na minha equipe de trabalho foi um honra.”

Cléber de Castro deixa a Presidência do TJCE em decorrência da Resolução nº 209/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O texto estabelece um prazo máximo para magistrados dos tribunais estaduais serem juízes auxiliares. Se escolhido pelo Órgão Especial do TJCE para assumir a 16ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza, Cléber assumirá o posto em fevereiro de 2016. (Emanuelly Néri)

Audiência de Custódia



Presos serão apresentados sem demora a um juiz. Evitando assim, casos de maus tratos, discriminação e a prisão de inocentes.

**Fortaleça
o nosso canal
de comunicação**

**Acesse,
siga, curta
e compartilhe**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**